



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 140/141

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>NELSON JUSTUS</b><br>Presidente - Democrata       |  |   |
| <b>ANTONIO ANIBELLI</b><br>1º Vice-Presidente - PMDB | <b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b><br>2º Vice-Presidente - PDT | <b>FELIPE LUCAS</b><br>3º Vice-Presidente - PPS |
| <b>ALEXANDRE CURI</b><br>1º Secretário - PMDB        | <b>LUCIANA RAFAGNIN</b><br>2ª Secretária - PT        | <b>LUIZ ACCORSI</b><br>3º Secretário - PSDB     |
| <b>CIDA BORGHETTI</b><br>4ª Secretária - PP          | <b>CHICO NOROESTE</b><br>5º Secretário - PL          |   |
| <b>ABIB MIGUEL</b><br>Diretor Geral                  |  |   |

### *Lideranças*

|                           |                        |
|---------------------------|------------------------|
| Líder do Governo .....    | Luiz Claudio Romanelli |
| Líder da Oposição .....   | Valdir Rossoni         |
| PMDB .....                | Waldyr Pugliesi        |
| PSDB .....                | Ademar Traiano         |
| Democratas .....          | Plauto Miró            |
| PT .....                  | Elton Welter           |
| PP .....                  | Duílio Genari          |
| PDT .....                 | Luiz Carlos Martins    |
| PTB .....                 | Fábio Camargo          |
| Bloco PPS/PMN .....       | Dr. Batista            |
| Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... | Reni Pereira           |

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIOS

### **DIÁRIO Nº 140**

### **127ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 04**

**Expediente:**

Mensagens ..... 04

Ofícios ..... 07

Indicações ..... 08

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 15

**Pequeno Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 24

Dep. Professor Luizão ..... 24

Dep. Elton Welter ..... 25

**Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 26

**Horário das Lideranças:**

Liderança do Partido Democráticos

Dep. Elio Rusch ..... 31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 34

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 36

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 37

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 38

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 39

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 41

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....43

Discussão/Votação

2ª Discussão .....44

Redação Final .....45

2ª Discussão .....45

1ª Discussão .....46

Requerimentos .....46

**Encerramento da Sessão .....47**

### **DIÁRIO Nº 141**

### **128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....48**

**Presenças.....48**

**Abertura da Sessão .....48**

**Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final .....49

1ª Discussão .....49

**Encerramento da Sessão .....50**

**Publicações:**

Comissão Executiva

Atos .....50

Atas de Comissão

Redação .....53

## SUMÁRIO

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>DIÁRIO Nº 140</b><br><b>127ª SESSÃO ORDINÁRIA</b><br><b>SUMÁRIO</b><br><b>Mesa Executiva.....03</b><br><b>Presenças.....03</b><br><b>Abertura da Sessão .....04</b><br><b>Expediente:</b><br>Mensagens .....04<br>Ofícios .....07<br>Indicações .....08<br>Requerimentos .....10<br>Projetos de Lei.....15<br><b>Pequeno Expediente:</b><br>Dep. Elio Rusch.....24<br>Dep. Professor Luizão .....24<br>Dep. Elton Welter .....25<br><b>Grande Expediente:</b><br>Dep. Jocelito Canto .....26<br><b>Horário das Lideranças:</b><br>Liderança do Partido Democráticos<br>Dep. Elio Rusch .....31 |  | Liderança da Oposição<br>Dep. Valdir Rossoni ..... 34<br>Liderança do PP<br>Dep. Ney Leprevost..... 36<br>Liderança do PT<br>Dep. Professor Luizão ..... 37<br>Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV<br>Dep. Reni Pereira ..... 38<br>Liderança do PMDB<br>Dep. Waldyr Pugliesi..... 39<br>Liderança do Governo<br>Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 41<br><b>Ordem do Dia:</b><br>Leitura do Expediente ..... 43<br>Discussão/Votação<br>2ª Discussão ..... 44<br>Redação Final ..... 45<br>2ª Discussão ..... 45<br>1ª Discussão ..... 46<br>Requerimentos..... 46<br><b>Encerramento da Sessão ..... 47</b> |
|---|--|---|

### DIÁRIO Nº 140

### 127ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Fábio Camargo e Plauto Miró (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Francisco Bühner e Mamede (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## **Expediente:**

### **Mensagem**

MENSAGEM Nº 053/07

Curitiba, 29 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Tabela de Serviços a que se refere o artigo 25 da Lei nº 7811/83, alterada pelo artigo 1º da Lei nº 8067/84, pelo artigo 1º da Lei nº 9500/90, pelo artigo 2º da Lei nº 10038/92 e pelo artigo 1º da Lei nº 11019/94, passa a vigorar conforme especifica.

O Código de Trânsito Brasileiro assevera em seu artigo 1º parágrafo 2º que, o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, assim como adotar medidas destinadas a assegurar esse direito.

Pois bem, a política para o trânsito adotada pelo Governo do Paraná, tendo sido, prioritariamente, de valorização da vida humana e cumprimento dos dispositivos do Código de Trânsito Pátrio, buscando constantemente a redução de acidentes em vias públicas, a formação adequada para o condutor e para o pedestre, visto que todos circulamos por esse espaço democrático, que é o trânsito.

Importante lembrar, que o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, é um dos Órgãos da Administração Estadual com muita respeitabilidade perante a população, pela excelência dos serviços que presta, com sistema informatizado e tecnologias desenvolvidas pela CELEPAR, com técnicos competentes e com compromisso de educação para o trânsito permanente.

Dessa forma, visando ao desenvolvimento do órgão, através da oferta de serviços prestados com qualidade, eficiência e agilidade, o DETRAN/PR investe na infra-estrutura do trânsito, adaptando estruturas físicas,

informatizando atividades e capacitando funcionários. É com vistas à melhor execução de tais tarefas, resguardando as características típicas da autarquia.

Além dos pontos administrativos apontados e desenvolvidos pelo DETRAN/PR, esta autarquia tem sido parceria do Governo do Estado, na maior recuperação das estradas que o estado já presenciou, visto que a grande maioria das obras, são executadas com recursos advindos das taxas de serviços prestados pelo DETRAN/PR, conforme determina o CTB, em seu artigo 22 e incisos, além das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Dessa forma, a proposta ora encaminhada à Casa de Leis do Estado, visa adaptar a tabela de taxas de serviços prestados pelo DETRAN/PR, instituída pela Lei 7811/83, às necessidades básicas daquele órgão, com o compromisso de não aferir lucro, mas sim estabelecer a cobrança justa pelos serviços prestados com qualidade.

Vale, ainda, lembrar que a dinamização do sistema operacional do DETRAN/PR, a descentralização dos serviços e o desenvolvimento de adequados programas de qualidade e produtividade dos serviços prestados depende do reequipamento e da capacidade de investimentos da Autarquia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º. A Tabela de Serviços a que se refere o artigo 25 da Lei nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, alterada pelo artigo 1º da Lei nº 8067, de 28 de dezembro de 1984, pelo artigo 1º da Lei nº 9500, de 28 de dezembro de 1990, pelo artigo 2º da Lei nº 10038, de 16 de julho de 1992 e pelo artigo 1º da Lei nº 11019 de 28 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as alterações contidas no anexo desta lei.

§ 1º. As taxas de serviço de que trata o anexo referido no “caput” deste artigo serão recolhidas diretamente pelo Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), e se constituirão em receita própria da Autarquia, excetuando o percentual de 10% (dez por cento) que se destinará a programas de assistência ao menor, que deverá ser repassado mensalmente, devendo ser gerido nos termos do inciso IV do artigo 114 da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987.

§ 2º. Os valores constantes do anexo referido no “caput” deste artigo serão atualizados anualmente pelo índice de atualização monetária que for adotado pelo Sistema Monetário Nacional, com exceção das taxas mencionadas no parágrafo 3º do artigo 1º.

§ 3º. As taxas de Exame de Aptidão Física e Mental, Perícia Técnica e Médica Especial, Avaliação Psicológica, Avaliação Psicopedagógica, Avaliação Psicológica para condutores que exercem atividade remunerada e seus respectivos retestes/remarcações, terão seus valores norteados pelas tabelas da Associação Médica Brasileira (AMB) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) conforme apregoa Resolução nº 80/98 do CONTRAN.

Art. 2º. O Órgão terá prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta lei, para adaptar a administração e o respectivo sistema de dados para implementar a cobrança da nova tabela de taxas constantes no anexo.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| <b>TABELA DE TAXAS</b>  |                  |
|---|------------------|
| <b>SERVIÇO</b>  | <b>VALOR R\$</b> |
| Emissão de CNH (1ª e 2ª vias)   | 50,28            |
| Exame prático de direção veicular   | 21,11            |
| Exame teórico-técnico   | 21,94            |
| Licença para aprendizagem de Direção Veicular - LADV  | 20,37            |
| Perícia técnica e médica especial**   | 42,00            |
| Registro e credenciamento de Centro de Formação de Condutores (por CFC)                                   | 14,04            |
| Registro e credenciamento de instrutor de Centro de Formação de Condutores (por Instrutor)                | 14,04            |
| Renovação anual de Centro de Formação de Condutores (por CFC)   | 14,04            |
| Renovação anual de credenciamento de instrutor (por Instrutor)  | 14,04            |
| Avaliação psicopedagógica*  | 79,01            |
| Reabilitação  | 20,15            |
| Alteração de dados de habilitação   | 20,15            |
| Registro eletrônico de CNH de outra UF  | 20,15            |
| Exame de aptidão física e mental**  | 42,00            |
| Avaliação psicológica*  | 79,01            |
| Histórico do prontuário do condutor   | 20,15            |
| Certidão de habilitação   | 20,15            |
| Permissão Internacional para Dirigir - PID  | 50,28            |
| Registro de certificado de curso especializado  | 20,15            |
| Registro do reconhecimento de habilitação estrangeira   | 20,15            |
| Reteste / remarcação de perícia técnica e médica especial**   | 42,00            |
| Reteste / remarcação de avaliação psicopedagógica*  | 79,01            |
| Vistoria prévia em CFC - Centro de Formação de Condutores (para abertura, reforma ou mudança de endereço) | 141,78           |
| Licença veicular para veículos de aprendizagem  | 14,04            |
| Segunda via do psicopedagógico  | 20,15            |
| Segunda via do certificado de instrutor e/ou Diretor de CFC   | 14,04            |

| <b>TABELA DE TAXAS</b>  |                  |
|---|------------------|
| <b>SERVIÇO</b>  | <b>VALOR R\$</b> |
| Vistoria em veículo de aprendizagem   | 14,04            |
| Alteração da categoria do condutor  | 20,15            |
| Troca de instrutor  | 20,15            |
| Curso de reciclagem para condutor infrator  | 54,11            |
| Reteste / remarcação de exame teórico-técnico   | 21,94            |
| Reteste / remarcação de exame de aptidão física e mental**                                      | 42,00            |
| Reteste / remarcação de avaliação psicológica*  | 79,01            |
| Avaliação psicológica para condutores que exercem atividade remunerada*                         | 79,01            |
| Reteste / remarcação de avaliação psicológica para condutores que exercem atividade remunerada* | 79,01            |
| Reteste / remarcação de exame prático de direção veicular                                       | 21,11            |
| Exame de direção defensiva e de noções de primeiros socorros                                    | 21,94            |
| Reteste / remarcação de exame de direção defensiva e de noções de primeiros socorros            | 21,94            |
| Vistoria de entidades credenciadas  | 147,89           |
| Anuidade de entidades credenciadas  | 20,15            |
| Credenciamento de entidades   | 20,15            |
| Primeiro registro do veículo  | 20,72            |
| Emissão do CRV (1ª e 2ª vias)   | 20,59            |
| Alteração de Característica   | 20,59            |
| Alteração de categoria  | 20,59            |
| Transferência de município  | 20,59            |
| Transferência de propriedade  | 20,59            |
| Reativação  | 20,59            |
| Alteração de dados do veículo   | 20,59            |
| Inclusão ou liberação de gravame  | 20,59            |
| Baixa de veículo  | 20,59            |
| Transferência eletrônica de veículo de outra UF   | 20,59            |
| Credenciamento: por CPF ou CNPJ   | 20,59            |
| Renovação anual: por CPF ou CNPJ  | 20,59            |
| Vistoria  | 20,86            |
| Vistoria domiciliar   | 22,45            |
| Lacre   | 20,72            |
| Licença de pára-brisa (por dia)   | 7,59             |
| Autenticação  | 4,96             |

| <b>TABELA DE TAXAS</b>   |                  |
|--|------------------|
| <b>SERVIÇO</b>   | <b>VALOR R\$</b> |
| Boletim de ocorrência de acidentes   | 14,04            |
| Registro de ocorrência de acidentes  | 14,04            |
| Perícia de acidentes   | 16,17            |
| Licenciamento anual  | 28,44            |
| Autorização prévia para alteração de características   | 41,45            |
| Autorização para confecção de placas (veículos de experiência, fabricantes, importados...)   | 20,59            |
| Estada no pátio (por dia)  | 14,04            |
| Serviço de remoção   | 17,14            |
| Expediente   | 17,96            |
| Curso de formação de despachantes (por candidato)  | 131,45           |
| Certidão da área de veículos   | 20,59            |
| Autorização para gravar/remarcar dados   | 20,59            |
| Autorização para uso de equipamento suplementar  | 20,59            |
| Autorização para circulação de veículos especiais  | 20,59            |
| Autorização prévia para certificado de segurança Veicular (CSV)  | 20,59            |
| Estada no pátio do B.P.M (por dia)   | 14,04            |
| Emissão de crachás   | 20,59            |
| Cadastramento / alteração de dados de financeira   | 20,59            |
| Indeferimento de processo  | 20,59            |
| Cadastramento de veículo   | 20,59            |
| Autorização para confecção de etiqueta auto-destrutiva ou plaqueta de identificação de chassi  | 20,59            |
| Ofício para Lacre em outra unidade da federação  | 20,59            |
| Levantamento/desarquivamento de cópia de processo  | 20,59            |
| *Valores seguirão o limite inferior da “Avaliação psicológica” da tabela de honorários do Conselho Federal de Psicologia (Res. nº 80 - CONTRAN).               |                  |
| **Valores seguirão o valor da consulta em consultório (no horário normal ou preestabelecido) da tabela da Associação Médica Brasileira (Res. nº 80 - CONTRAN). |                  |

**À Diretoria Legislativa.**

## **Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 369/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente, o Projeto de Lei 470/07, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 370/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente, o Projeto de Lei 094/07, por falta de interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 371/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente, o Projeto de Lei 195/07, por falta de interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 340/07

#### SÚMULA:

Sugere ao Secretário do Planejamento e Coordenação Geral a inclusão do Hospital Universitário Regional de Maringá no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Exmo. Sr. Ênio Verri, sugerindo ao mesmo a inclusão de verbas para o Hospital Universitário Regional de Maringá no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O Secretário do Planejamento esteve em Maringá anunciando obras do PAC. Contudo, foi sentida a ausência de investimento no HU daquele município, sobretudo em se relevando a importância, para a saúde pública, do atendimento prestado na referida instituição.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

CIDA BORGHETTI

### INDICAÇÃO Nº 341/07

#### SÚMULA:

Propõe a execução de obras de melhorias na sinalização na Rodovia Bento Fernandes Dias, PR - 558 que liga os municípios de Campo Mourão e Araruna.

Senhor Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A execução de obras de melhorias na Rodovia Bento Fernandes Dias, PR - 558 que liga os municípios de Campo Mourão e Araruna.

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido do Presidente da APIM - Associação dos Pioneiros Mourãoenses, justificando que o trecho em destaque carece, com grande urgência, de obras de reparos e incrementos de sua sinalização pois nas péssimas condições em que se encontra a pista oferece risco elevado de ocorrência de acidente.

IV - A sinalização pretendida representará de forma bastante significativa a melhoria das condições da população local e beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 342/07

#### SÚMULA:

Solicita a pavimentação asfáltica na estrada de Campo Redondo/Catanduvas do Sul no município de Araucária - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário do Estado dos Transportes.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A solicitação da pavimentação asfáltica na estrada de Campo Redondo/Catanduvas do Sul (extensão de 12 km) no município de Araucária, a qual faz a interligação entre a BR-476 e o distrito rural de Catanduvas do Sul no município de Contenda.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão da grande relevância desta estrada para as comunidades da região, tendo em vista que atende toda a comunidade agrícola, sendo elo de ligação entre os municípios de Contenda e Araucária, no que se refere ao distrito de Catanduvas do Sul.

Além disso, sua importância se evidencia devido ao fato de a comunidade rural desta região enfrentar grandes dificuldades para se locomoverem, inexistindo um acesso com a qualidade necessária para os principais centros urbanos da região.

### INDICAÇÃO Nº 343/07

#### SÚMULA:

Solicita a implantação da rede de abastecimento de água no distrito de Tietê, no município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a implantação da rede de abastecimento de água no distrito de Tietê, na localidade de Água Boa (Vila Vernick) no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O serviço de fornecimento de água é essencial à vida e à saúde das pessoas, devendo seu fornecimento ser cumprido pelo estado.

O artigo 210, parágrafo único, I, da Constituição Estadual é claro ao afirmar:

*Art. 210. O estado, juntamente com os municípios, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.*



*Parágrafo Único. O programa será regulamentado mediante lei e orientado no sentido de garantir à população:*

*I - abastecimento domiciliar prioritário de água tratada;*

*II - ...*

Além disso, a providência de implantação de rede de abastecimento de água se faz necessária devido as freqüentes reclamações das comunidades, integradas por aproximadamente 130 famílias dependentes dos caminhões pipa para o abastecimento da água.

#### INDICAÇÃO Nº 344/07

##### SÚMULA:

Solicita a manutenção e conservação da passarela, localizada no município de Araucária/PR.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do DER/PR Departamento de Estradas de Rodagem.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A solicitação da emergente manutenção e conservação da passarela existente entre o Jardim Alvorada e o bairro Thomaz Coelho, localizados no município de Araucária, sobre a linha férrea arrendada pela ALL - América Latina Logística.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

##### JUSTIFICATIVA:

Os moradores do município de Araucária, residentes no Jardim Alvorada e no bairro Thomaz Coelho vem sofrendo riscos a sua integridade física devido ao estado da passarela localizada neste local.

O estado da referida passarela é precário, trazendo inúmeros transtornos aos moradores que não podem se utilizar da mesma, devido aos riscos à sua segurança. Residem no local aproximadamente 2.150 moradores no Jardim Alvorada e 1.900 moradores no bairro Thomaz Coelho, que necessitam transitar pela passarela, atravessando a linha férrea, para terem acesso ao Centro de Saúde e a Escola Pública Estadual, dentre tantos outros.

#### INDICAÇÃO Nº 345/07

##### SÚMULA:

Solicita a readequação da conexão da Avenida das Araucárias com a Rodovia do Xisto, km 151, no município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário do Estado dos Transportes.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a readequação da conexão da Avenida das Araucárias com a Rodovia do Xisto, km 151, no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

##### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica pelo fato de que a conexão existente neste trecho da Rodovia do Xisto se encontra em estado precário, apresentando desta forma, alto risco para os motoristas, ciclistas e pedestres que transitam no local. A falta de iluminação, sinalização, drenagem, calçadas e zona de escape neste ponto de conexão agravam ainda mais a situação.

#### INDICAÇÃO Nº 346/07

##### SÚMULA:

Solicita estudos para Regularização Fundiária do bairro Vila Nova no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Rafael Greca de Macedo, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Habitação - COHAPAR.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Presidente, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicita estudos para Regularização Fundiária do bairro Vila Nova no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) EDSON STRAPASSON

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se por tratar-se de uma área que hoje está totalmente ocupada por invasão de aproximadamente 450 famílias, sem a mínima infraestrutura, com tendência de expansão, tornando-se importante a interferência do Poder Público para Regularização Fundiária e investimentos de infra-estrutura, com a finalidade de proporcionar condições dignas de moradias e segurança à estas famílias.

#### INDICAÇÃO Nº 347/07

##### SÚMULA:

Solicita urgência na construção de um novo colégio estadual no município de Bocaiúva do Sul.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar urgência na construção de um novo colégio estadual no município de Bocaiúva do Sul a fim de atender a demanda escolar.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) EDSON STRAPASSON

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental de 5 a 8ª série e ensino médio na região, sendo que o Colégio Estadual Carlos Alberto Ribeiro não comporta mais a demanda escolar da comunidade.

A nova unidade atenderia a esta demanda desafiando o colégio existente, proporcionando segurança e qualidade no ensino para a população.

# INDICAÇÃO Nº 348/07

## SÚMULA:

Propõe a ampliação da rede de atendimento de exames de saúde em Campo Mourão e região.

Ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que a Secretaria de Estado da Saúde promova a ampliação da rede de atendimento de exames de saúde em Campo Mourão e região, em especial ao atendimento na área de Medicina Nuclear, tais como: ressonância magnética, tomografia, etc.

II - o alerta e o pedido apresentam-se como necessário pois evitaria o deslocamento de pessoas da região para os grandes centros para a realização destes procedimentos que poderiam muito bem ser feitos localmente.

III - Vale lembrar, ainda, que já existem aparelhos em Campo Mourão aguardando apenas o credenciamento da Secretaria de Estado da Saúde para serem colocados em funcionamento.

IV - O atendimento desta indicação trará enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 3209

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 3228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/07, de minha autoria, que determina que a Universidade do Centro Oeste e a Universidade Estadual de Ponta Grossa procedam os registros dos diplomas expedidos pela faculdade.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

### REQUERIMENTO Nº 3214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 504/07, item 08 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 3235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 Sessões, da votação do Projeto de Emenda Constitucional nº 083/04, oriundo da mensagem governamental 031/04, item 01, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 3207

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, reserva do plenarinho desta Assembléia Legislativa para a realização de Audiência Pública, no dia 13 de novembro de 2007, às 10h, para discussão do Projeto de Lei nº 178/07, que trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### REQUERIMENTO Nº 3231

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 06 (seis) de dezembro de 2007 (quinta-feira) para o Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, apresentar relatório sobre as atividades da instituição.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 3200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Ivatuba, pela passagem, no próximo dia 18 de novembro de 2007, do seu 46º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Adolfo Joaquim Semprebom, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. João Mori, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A data de 18 de novembro de 2007, marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de Ivatuba, que será comemorada festivamente por toda a população.

Os primeiros moradores chegaram em meados de 1949, por iniciativa de Primo Francisco Mazzuco e Estevão Grasso, que compraram gleba de terras de Pareja e Cia. Ltda.

A dupla de colonização teve a feliz idéia de fundar um núcleo habitacional e em pouco tempo, após a constituição da firma Grasso e Mazzuco Ltda., o patrimônio já estava formado, com traçado urbano e promissora venda de lotes rurais e urbanos.

Os primeiros moradores do povoado em ascensão foram Santo Preza e Leonildo Coral, que chegaram à localidade em 19 de agosto de 1949, vindos de Santa Catarina.

São pioneiros no comércio o Sr. Aurélio Semprebom, que instalou um armazém de secos e molhados e atendia toda a comunidade, e José Bendo (1951) que instalou a primeira cerâmica do lugar.

Pela Lei n° 666, de 11 de julho de 1966, o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo e em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual n° 4245, Ivatuba se transforma em município autônomo. A instalação deu-se a 18 de novembro de 1961, sendo primeiro Prefeito o Sr. Wander Ribeiro.

Através desta proposição, parabenizamos toda a população honesta e trabalhadora do Município de Ivatuba, que continua dando sua importante parcela de contribuição para o desenvolvimento do município, que estará festejando seus 46 anos de emancipação política.

**REQUERIMENTO N° 3201**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Agudos do Sul pelo transcurso de seus 46 anos de emancipação política, no próximo dia 18 de novembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Pires de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Nelson Bimbatti bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Toda a população de Agudos do Sul, radiante de alegria, estará comemorando o transcurso do seu 46° aniversário de emancipação política, no próximo dia 18 de novembro. Assim sendo, parabenizamos as autoridades constituídas do município bem como o povo em geral.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade, cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Por tudo isto, é que temos certeza que continuaremos contando com o efetivo trabalho do Sr. Prefeito José Pires de Oliveira e sua valorosa equipe que continua dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às manifestações de júbilo da população de Agudos do Sul, pelo transcurso da significativa data.

**REQUERIMENTO N° 3202**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro pela comemoração, no próximo dia 19 de novembro de 2007, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Joares Vicente Martins Ferreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Olcimar Benazzi bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É com muito orgulho que a população de General Carneiro estará comemorando, no próximo dia 19 de novembro, o transcurso de seus 46 anos de emancipação política.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem estar.

A história da representação municipal evolui junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o regimento interno mais claro e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

Que o município de General Carneiro continue prosperando são os nossos sinceros votos para galardão de seus administradores e felicidade de toda a população.

O Poder Legislativo do estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar toda a população honesta e trabalhadora de General Carneiro na significativa data da comemoração do seu 46° aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 3204

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Delegado Antonio Brandão Neto, em razão da rápida e eficiente investigação que levou à prisão do assassino da menor Adriana Constantino.

A imprensa de Maringá desempenhou seu papel de forma objetiva e profissional.

Esse episódio demonstra a firme atuação da polícia e a qualidade da imprensa maringaense.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao atleta maringaense Thiago Ferminiano, que aos 13 anos venceu o Brasileiro Aberto de Taekwondo Infantil, consolidando-se como referência no esporte, pois é a quinta vez consecutiva que vence o campeonato.

Thiago é aluno do mestre Harley Ventura. Acumula também o pentacampeonato da Copa Unimed Escolar, pentacampeão paranaense, além de dezenas de outras premiações obtidas em torneios regionais. É também destaque na modalidade futsal - equipe do Colégio Objetivo. Trata-se de atleta jovem e aplicado, cuja responsabilidade e dedicação orgulham a comunidade maringaense.

Esta Assembléia Legislativa congratula-se com o atleta, com a família e com o seu treinador, haja visto o sucesso desses apoios.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3212

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação a Dom Mauro Aparecido dos Santos, pela sua nomeação, feita pelo Papa Bento XVI, como Arcebispo de Cascavel.

Dom Mauro até então era o Bispo Diocesano de Campo Mourão e vinha desenvolvendo um excelente trabalho junto à comunidade. A decisão de sua promoção ocorreu no dia 30 diretamente do Vaticano, onde se fixou a data de 25 de janeiro para que assuma este novo posto dentro da estrutura da Igreja Católica.

A nomeação de Dom Mauro representa um reconhecimento público pelo seu empenho demonstrado nas causas de nossa comunidade e a sua ascensão é, para nós da COMCAM, motivo de muita satisfação e orgulho. Sempre que vemos alguém de valores e intenções louváveis ser reconhecido e alçado a níveis ainda maiores de

desafios, sentimo-nos promovidos também. A comunidade de Campo Mourão e região sente-se honrada com esta nomeação.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Dom Mauro Aparecido dos Santos e a Diocese de Campo Mourão com endereço na R. Santa Catarina, 1870, centro de Campo Mourão, Caixa Postal nº 470, CEP: 87303-060.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Legislativa tem por objetivo o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por Dom Mauro Aparecido dos Santos à frente da atuação da Diocese de Campo Mourão que por nomeação do Papa Bento XVI passa a ser, a partir de 25 de janeiro, Arcebispo de Cascavel. Dom Mauro é ícone de luta e de sucesso de atuação nas causas de nossa comunidade e desde o início de seus trabalhos em Campo Mourão vem sendo reconhecido como exemplo de organização e garra e destaca-se, principalmente, pelo fruto de sua obra.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Roncador, pelo transcurso, no próximo dia 05 de novembro de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eliseo Puretz, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Roncador.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Roncador que no próximo dia 05 de novembro de 2007 estará comemorando 46 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 46 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 3199

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Editora Aymará.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à Editora Aymará, empresa do Grupo Sagarana, por ocasião da instalação da sede e dos projetos da editora em Curitiba.

Destacamos o empreendedorismo do proprietário Áureo Gomes Monteiro Júnior, que com a sua vasta experiência e dedicação na área editorial estará proporcionando importantes projetos, em especial na área educacional, através do “Programa Cidade Educadora”, com a meta de atingir 150 mil alunos até o final de 2008.

**REQUERIMENTO Nº 3233**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de solidariedade ao repórter cinematográfico Humberto Vendramel, da Rede Paranaense de Comunicação, tendo em vista a agressão violenta cometida pelo advogado Eudes Martinho Rodrigues, quando o profissional da comunicação realizava uma reportagem, em nossa capital.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Duflío Genari, Péricles de Mello, Edson Strapasson e Elio Rusch.

**REQUERIMENTO Nº 3208**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio ao Exmo. Secretário de Estado da Educação Maurício Requião, Ofício nº 001/07 que trata de proposta de convênio entre o Governo do Estado e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR-SUL, conforme expediente e abaixo-assinado dos monitores, em anexo.

Do aprovado requer ainda, seja enviada cópia do presente requerimento para a ARCAFAR-SUL, no endereço: R. Minas Gerais, 141 - Sala 02 - Cx. Postal 51 - Centro - Barracão/PR, CEP 85.700-000.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**REQUERIMENTO Nº 3225**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ricardo Gomyde, Secretário de Esportes do Paraná, para que sejam tomadas providências no sentido de instalação de equipamentos de ginástica em praça pública na cidade de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

**JUSTIFICATIVA:**

Os benefícios da atividade física para a saúde e longevidade são intuitivamente conhecidos desde o princípio dos tempos. Existem benefícios bem demonstrados sobre vários parâmetros que afetam a saúde e longevidade. Vários documentos já enfatizaram a importância da ação dos profissionais de saúde e entidades governamentais no estímulo a atividade física, assim como seu impacto sobre a saúde pública.

Os benefícios do exercício podem ter grande impacto sobre a saúde pública. Vários estudos correlacionaram de forma negativa e aptidão físicas com a incidência de doença coronariana, câncer de cólon, diabetes tipo 2 e morte. Após um evento cardiovascular, como por exemplo um infarto do miocárdio, a atividade física mantém sua importância.

Apesar de todos os benefícios, nas últimas décadas foi documentada uma redução na prática de atividade física e paralelamente vem ocorrendo um aumento na prevalência de obesidade. Além disso, quanto maior a idade, menor a chance do indivíduo estar engajado em alguma atividade física regular. Para completar o ciclo, os médicos e profissionais de saúde não abordam rotineiramente o problema da inatividade.

O intuito de instalar aparelhos de ginástica em praça pública para o município de Manoel Ribas é justamente incentivar a população, principalmente os idosos, para praticarem a atividade física regular.

**REQUERIMENTO Nº 3226**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Maurício Requião, Secretário da Educação, para que seja providenciado uma cobertura nas dependências da APAE para a recreação dos excepcionais, no município de Manoel Ribas. Atualmente a APAE atende 134 alunos.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

**REQUERIMENTO Nº 3206**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, bem como ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Fernando Haddad, solicitando dos mesmos a imediata revisão da política do Governo Federal para as escolas especiais, preservando a atuação fundamental das APAEs.

Em três momentos o Ministério da Educação elimina as escolas especiais: ao proibir a criação de novas escolas especiais; ao transformar as escolas especiais existentes em centros de atendimento; e a celebração de convênios somente com as escolas especiais que se transformarem em centros de atendimento.

Essas novas diretrizes vem causando desconforto a milhares de famílias brasileiras, haja vista que crianças, jovens e adultos, com os mais diferentes níveis de deficiência estão atendidos pelas APAEs, que realizam trabalho solidário fundamental há mais de 50 anos.

A frieza do papel e a insensibilidade não eliminam essas pessoas. Elas existem e hoje são bem atendidas nas APAEs.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3215

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente ao uso de cartões corporativos por servidores no âmbito da administração pública estadual, inclusive o Sr. Governador, e em face do disposto nos artigos 4º, 5º e 7º, do Decreto nº 3498/04:

1 - Como são feitos os controles das despesas pagas através de cartões corporativos, relativos a viagens (passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros)? Juntar as cópias dos relatórios de controle destas despesas relativas a 2006 e aos meses janeiro a setembro de 2007.

2 - Os relatórios de detalhamento de despesas de viagens, acompanhados das respectivas notas fiscais e outros comprovantes de despesa são encaminhados à Central de Viagens desta Secretaria? São também encaminhados ao Tribunal de Contas? Onde ficam os originais destes documentos? Juntar cópia dos relatórios correspondentes ao período acima solicitado.

3 - Além das despesas arroladas acima, existem outras despesas que possam ser consideradas como despesas de viagem e, como tais, serem pagas através de cartão corporativo?

4 - Além das despesas de viagens existem despesas de qualquer outra natureza que podem ser pagas através de cartões corporativos.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI e ELIO RUSCH.

#### REQUERIMENTO Nº 3216

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, após ouvido o douto Plenário, informações às despesas relativas a gastos com viagens de servidores públicos, inclusive do Sr. Governador e comitiva, em 2006 e 2007, até o mês de setembro, conforme segue:

1- especificar os gastos, em cada viagem, com passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros, e eventuais outras despesas, de modo a detalhar e possibilitar a identificação dos valores correspondentes às despesas pagas com cartões corporativos, informadas em relação a essa Casa Civil, no site Gestão do Dinheiro Público do Governo do Estado e nos relatórios do SIAF;

2 - informar quais os servidores que utilizaram cartão corporativo em cada viagem;

3 - juntar cópia dos relatórios de detalhamento das despesas relativas a cada viagem, acompanhadas das cópias dos respectivos comprovantes, no mesmo período.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, EDGAR BUENO, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI e RIBAS CARLI FILHO.

#### REQUERIMENTO Nº 3217

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal e Estadual, a Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/00, no que respeita à elaboração e controle orçamentário, REQUEREM ao Sr. Enio Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente às despesas com viagens de servidores, no âmbito da administração pública estadual:

1- Qual o valor estimado no orçamento para despesas com viagens de servidores públicos estaduais, inclusive do Sr. Governador, para os exercícios de 2006 e 2007, em cada uma das unidades orçamentárias do estado (passagens, pousada, locomoção, deslocamentos urbanos, alimentação, outros serviços de terceiros)?

2 - Houve ajustes em relação aos valores inicialmente estimados nas Leis Orçamentárias nºs 14977/05 e 15339/06?

3 - Em caso positivo, informar os respectivos montantes, quais as unidades orçamentárias que solicitaram alteração orçamentária e qual a justificativa que fundamentou o ajuste? Foi procedida a comunicação do ajuste à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas?

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI e ELIO RUSCH.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 772/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual ou que sejam por este credenciados ficam obrigados a anotar na receita médica, o horário do início e fim da consulta, que deverá ser cientificado pelo paciente através de assinatura.

Art. 2º A cópia da receita será posteriormente encaminhada para a Secretaria de Estado da Saúde para acompanhamento dos atendimentos e elaboração de estatística do tempo de atendimento dispendido para cada paciente.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Saúde terá prazo de 60 (sessenta dias) para operacionalizar e implantar a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição objetiva estabelecer que os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e nos estabelecimentos por este credenciados, tenham o tempo de atendimento de cada paciente acompanhado, evitando assim os atendimentos relâmpago. Ocorrem denúncias de que os profissionais chegam a atender um paciente a cada um ou dois minutos, o que não é considerado suficiente nem para solicitar exames laboratoriais, que dirá diagnosticar doenças.

Ainda, é importante destacar que quaisquer ações que visem implantar e incentivar medidas com o objetivo de melhorar o atendimento à saúde da população mais carentes, humanizam e dignificam as relações entre governantes e governados.

Com essas razões, espera-se o consenso dos demais ilustres membros do Plenário desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 773/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Conselheiro Hermas Eurides Brandão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

### JUSTIFICATIVA:

Herma Brandão é um dos homens públicos mais respeitados e admirados de nosso estado. Em todas as funções públicas tem demonstrado competência, visão no futuro e extraordinário comportamento humano, digno de aplauso e louvor.

O vastíssimo círculo de amigos, espalhados pelo Paraná e pelo Brasil, enxergam nele a figura carinhosa de um verdadeiro Paizão dos paranaenses. Todos, independente de siglas ou paixões partidárias, encontram nele um ombro amigo, socorro permanente para prefeitos, vereadores, empresários, agricultores, lideranças comunitárias e para as pessoas de baixa renda.

Empresário do setor agropecuário e serventuário da Justiça, Herma Eurides Brandão ingressou na vida pública aos 33 anos, quando disputou e venceu, em 1976, as eleições para a Prefeitura Municipal de Andirá, tradicional município do Norte Pioneiro do Paraná.

Nascido em 05 de maio de 1943, filho de Eurides e Ercília Fioravante Brandão, Herma Brandão formou-se em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, período após o qual retornou a Andirá e envolveu-se na vida comunitária do município. Exerceu, nesse período, a direção de diversas entidades sociais andiraenses, com grande interesse pela atividade de assistência filantrópica.

No exercício do cargo de Prefeito de seu município de origem, entre 1977 e 1982, Herma Brandão, casado com Ana Maria Martins Brandão e, tendo como filhos Ana Cristina, Herma Júnior e Carla Beatriz. Fez uma gestão inovadora, fortemente alicerçada em programas de promoção social - nas áreas de educação, saúde, atenção à criança e ao idoso - na realização de obras de infraestrutura e na atração de investimentos capazes de gerar trabalho e renda para a população.

O resultado positivo dessa gestão, fortemente marcada pelo planejamento estratégico, foi a ampliação dos indicadores sociais, com forte impacto sobre a melhoria da qualidade de vida.

Ao final de seu mandato, lastreado por ampla aprovação popular e incentivado pelos líderes políticos da região, lançou-se candidato a Deputado Estadual, cargo para o qual foi eleito com uma votação histórica.

Com uma atuação parlamentar marcada pela luta em favor das causas do Norte Pioneiro e da agricultura e pecuária paranaense, Herma Brandão foi reeleito para sucessivos mandatos parlamentares nos pleitos de 1986, 1990, 1994 e 1998, período ao longo do qual exerceu, na Assembléia Legislativa, a presidência de comissões permanentes, além de ter integrado a Mesa Diretora, nas funções de Vice-Presidente e de Primeiro-Secretário.

Entre 1995 e 1998 exerceu a função de Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Nesse período, implantou programas de interesse da agropecuária, como a distribuição gratuita de calcário para correção de solo e ampliação de produtividade em todo o Paraná, o estímulo ao plantio do café adensado, o plano

de erradicação da febre aftosa e a criação e execução do Programa Paraná 12 Meses, cujo objetivo é a oferta de crédito a fundo perdido e serviços essenciais para combater a pobreza no campo, ainda em execução.

Ao final do ano 2000 foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, função na qual tomou posse em fevereiro de 2001, numa gestão marcada pela apreciação recorde de projetos de lei.

Já na presidência do Poder Legislativo, Hermas Brandão foi o autor de leis de profunda repercussão na vida social e econômica do Paraná, dentre as quais estão a criação do Fundo Estadual da Cultura, e a Lei Hermas Brandão, que alterou as regras de cobrança de ICMS para a atividade agropecuária e colocou o setor em condições de igualdade na competição com outros estados produtores, atraindo novos investimentos e gerando trabalho e renda em todo o interior do Paraná. Além dessas, há ainda Lei da Indústria Moveleira, que promove benefícios fiscais para o setor, a Lei da História do Paraná, que torna obrigatório o ensino da matéria nas escolas públicas estaduais, e a Lei do Café, apresentada em conjunto com o Deputado Orlando Pessuti, que beneficia o consumidor ao determinar que as indústrias informem nas embalagens, a composição do produto.

Reeleito em 2002 para o sexto mandato com 123.000 votos, foi reconduzido à presidência da Assembléia Legislativa por unanimidade pelos Srs. Deputados e foi reeleito para um segundo mandato em 2003. Em 2005 novamente eleito Presidente por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 774/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida de Marilândia do Sul, tem como finalidade precípua abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação de sua saúde física e mental, mediante atividades e assistência geral conforme descrito no relatório anexo;

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, ao plano de Lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

#### PROJETO DE LEI Nº 775/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Somente será considerado guia de turismo no estado do Paraná, o profissional que estiver cadastrado no Ministério do Turismo Regional MTR-PR, segundo que determina a Lei Federal nº 8623/93, e que exerça suas atividades nos estritos termos deste diploma legal.

Art. 2º Para atuar no território do estado do Paraná, o guia de turismo regional deverá estar, obrigatoriamente, cadastrado junto à MTR-PR.

Art. 3º É expressamente vedado aos grupos de excursões de turistas, mesmo que acompanhados de guias de turismo nacional e/ou internacional, quando em visita ao estado do Paraná dispensar a prestação e serviços do guia de turismo regional, devidamente cadastrado no Ministério do Turismo.

Parágrafo Único. É obrigatória a contratação de um guia de turismo regional, cadastrado no Ministério do Turismo Regional - MTUR, por parte dos hotéis, agências, operadoras e outros promotores de eventos, quando de realização de atividades turísticas no estado do Paraná.

Art. 4º Os grupos ou excursões de turistas que ingressarem ou saírem do território do estado do Paraná, deverão ser acompanhados, obrigatoriamente, por guia de turismo nacional, cadastrado no Ministério do Turismo - MTUR.

Art. 5º A Secretaria de Estado do Turismo, em conjunto com as entidades representativas dos guias de turismo no estado do Paraná, promoverá anualmente, cursos de atualização dos Guias de Turismo que estiverem cadastrados junto o Ministério do Turismo Regional - MTUR.

Art. 6º Nos cursos estabelecidos neste artigo, o profissional guia de turismo deverá submeter-se a programas de reciclagem e aperfeiçoamento.

Art. 7º Constituem atribuições do guia de turismo, as abaixo relacionadas:

I - Acompanhar, orientar e transmitir informações às pessoas ou grupo de pessoas em excursões ou em visita ao estado do Paraná;

II - Portar quando em serviço, a identificação de guia de turismo, fornecida pelo Ministério do Turismo Regional - MTUR.

III - Promover e orientar os necessários despachos e a liberação de passageiros e/ou suas respectivas bagagens, nos terminais de embarque e desembarque, rodoviários, ferroviários, aéreos e marítimos.



Art. 8º O guia de turismo terá direito aos seguintes serviços gratuitamente:

a) Acesso a museus, bibliotecas, galerias de arte, feiras de exposição, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos em visita ao estado, observadas as normas de cada um dos estabelecimentos aqui referidos e desde que devidamente credenciado como guia de turismo.

Art. 9º No exercício da sua função, o guia de turismo deverá comportar-se com absoluta probidade, dedicação e responsabilidade, de forma a sempre zelar pelo bom nome da profissão.

§ 1º O guia de turismo que infringir as presentes normas, estará sujeito às penalidades previstas por Lei.

§ 2º O cancelamento de registro não elide a adoção de outras providências administrativas ou legais, por parte do Ministério do Turismo Regional ou de terceiros prejudicados.

Art. 10º O guia de turismo regional deve observar os seguintes itens de conduta ambiental:

I - Respeitar o plano de monitoramento do impacto da visitação e o número ideal de usuários estabelecidos para as atividades e atrativos turísticos;

II - Evitar que joguem lixo nos locais utilizados, responsabilizando-se pelo recolhimento dos dejetos encontrados nas trilhas e nas margens dos rios, dando destino final adequado;

III - Evitar que se apanhe, colete ou retire flores e plantas silvestres;

IV - Evitar que se agrida a fauna regional;

V - Não colocar e evitar que coloquem qualquer tipo de propaganda ou anúncio nas margens ou leito dos rios, nas árvores, pedras, trilhas e caminhos, evitando a poluição visual do atrativo, salvo autorização expressa do órgão público competente;

VI - Denunciar, quando possível, qualquer ação de depredação ambiental, como caça, pesca ilegal e desmatamento irregular.

VII - Utilizar somente as trilhas pré-determinadas, evitando os atalhos;

VIII - Respeitar o ambiente, evitando fazer barulho, contribuindo para diminuir a poluição sonora;

IX - Não cortar e evitar que se cortem galhos de árvores desnecessariamente;

X - Tentar garantir a conduta de mínimo impacto em ambientes naturais.

Art. 11º A Secretaria de Estado do Turismo em convênio com o Ministério do Turismo Regional - MTUR, tem a atribuição de fiscalizar e fazer cumprir a presente lei.

§ 1º Quando no exercício do trabalho será exigido, do guia turístico, a apresentação do nº do seu registro, juntamente com os nomes dos passageiros na relação a ser fornecida à Secretaria de Transporte e Turismo, Polícia Federal e Polícia Estadual.

§ 2º Quando o veículo for fretado para fins turísticos, a transportadora, também, será obrigada a relacionar o nome e nº de registro do guia turístico, junto à lista dos passageiros.

§ 3º Quando os veículos estiverem circulando sem os guias de turismo, a transportadora ou agência de turismo estarão sujeitas a sofrer penalidades decorrentes de multas.

Art. 12º A fiscalização e as penalidades serão estabelecidas na regulamentação desta lei.

Art. 13º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo evitar a prática ilegal da profissão, fomentar o desenvolvimento no campo da comunicação dos pontos turísticos do estado, contribuir para o crescimento e qualidade do turismo estadual, além de criar novos empregos no mercado de trabalho.

Para isso, precisamos proteger o exercício da profissão aos que se prepararam tecnicamente, freqüentando cursos especializados e cadastrados no Ministério do Turismo - MTUR, os quais sofrem concorrência desleal por parte de pessoas não credenciadas.

PROJETO DE LEI Nº 776/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar o Programa Jogo Limpo, no âmbito de seu território e nos termos desta lei.

Art. 2º O programa consiste na expropriação dos equipamentos, periféricos e afins, produtos de apreensões das Polícias Civil e Militar, no combate a prática do jogo ilegal, que serão transformados em estações de trabalho e reutilização pelas escolas estaduais, universidades, tele-centros ou em locais de grande fluxo de pessoas, onde o Poder Público poderá disponibilizar acesso a seus diversos serviços virtuais.

§ 1º Os produtos apreendidos pela Polícia Federal no âmbito do estado do Paraná poderão compor este programa, desde que devidamente doados para integrar o patrimônio do estado.

§ 2º As estações de trabalho mencionadas no *caput* poderão ser disponibilizadas aos municípios mediante convênio, seguindo-se sempre o índice de desenvolvimento humano como critério para eleição dos que sejam prioritários.

Art. 3º Os serviços de transformação serão executados através de procedimento licitatório nos termos da lei, podendo, contudo, o Poder Público estadual disponibilizar de plano os equipamentos apreendidos para que sejam transformados nos municípios que apresentarem mão-de-obra e condições para a transformação daqueles em estações de trabalho.

Parágrafo Único - A liberdade contida no *caput* constará do convênio e exigirá prévia comprovação por parte do município que tem condições de atender aos requisitos necessários.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 30 dias à partir da data da sua publicação, estabelecendo os critérios, condições, procedimentos e configurações para a efetiva aplicação dos termos desta.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O jogo de azar tem se demonstrado uma das formas mais vis de encobertamento do crime de lavagem de dinheiro, conforme temos, diariamente, acompanhado nas manchetes dos jornais e nas notícias dos telejornais.

O combate ao jogo ilegal tem sido uma bandeira empunhada pela atual administração estadual, bem como por outras unidades da federação, além de ser uma das principais atividades da Polícia Federal na perseguição ao crime organizado.

E o principal meio utilizado hodiernamente para captação de “clientes” do jogo tem sido o eletrônico, com a proliferação de video-pôqueres, Caça-níqueis e afins.

Estas máquinas tem vitimado boa parte da população paranaense que, viciada no jogo de azar, acaba perdendo boa parte de sua receita mensal em função destes equipamentos e de suas programações cruéis e ilegais.

O combate a esta prática tem levado a constantes apreensões, cujos produtos demandam espaço e, sem um reaproveitamento pré-determinado e na forma legal, também condições para que possam ser destruídos.

O Programa Jogo Limpo visa, num primeiro plano, retirar do estado a necessidade de dispendir recursos com a guarda e depósito destes bens, bem como com a sua erradicação, e realocá-los na conversão deste material, antes utilizados para a prática delituosa, em equipamentos de disseminação do conhecimento ou mesmo de facilitação do acesso aos serviços públicos.

Sem dúvida, o alvo deste projeto são as comunidades mais pobres, onde o acesso à tecnologia é limitado, e a execução do programa passa também a ser mecanismo de inserção sócio-cultural.

Com supedâneo nessas informações, aliado ao fato de que o estado deve proporcionar aos cidadãos paranaenses ou não, condições materiais para que nenhum direito ou garantia constitucional seja violado, é que se propõe o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 777/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estaduais ficam obrigados a comunicar à Câmara Municipal os repasses de recursos por eles efetuados, a qualquer título, para o respectivo município.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo conterá:

I - o valor total do repasse;

II - a destinação dos recursos;

III - o número e o prazo de vigência do convênio celebrado com o município, quando couber;

IV - o prazo para prestação de contas, quando for o caso.

§ 2º A comunicação a que se refere este artigo será postada até cinco dias úteis após a liberação dos recursos.

§ 3º Os dados constantes na comunicação a que se refere este artigo serão divulgados na forma prevista no artigo 2º desta lei.

Art. 2º O município beneficiado pelo repasse dos recursos mencionados nesta lei dará publicidade da comunicação de que trata o artigo 1º desta lei no prazo de cinco dias úteis contados de seu recebimento, por meio da imprensa local ou de boletim oficial.

Art. 3º O Poder Executivo disponibilizará, no sítio eletrônico do Governo do Estado à disposição na Rede Mundial de Computadores - Internet, no prazo de cinco dias úteis contados da data da liberação dos recursos, os dados referentes a:

I - repasses relativos às parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência do estado pertencentes aos municípios, nos termos dos incisos III e IV do artigo 158 da Constituição da República;

II - transferências feitas aos municípios em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 159 da Constituição da República;

III - repasses de recursos federais cuja transferência fique a cargo do estado.

Parágrafo Único. Os dados a que se refere este artigo deverão conter.

I - valor do último repasse ou transferência ocorrida;

II - valor discriminado por mês e o acumulado até o mês anterior do exercício em curso;

III - valor discriminado por mês e total dos cinco exercícios anteriores.

Art. 4º Fica assegurado a todo cidadão o direito à obtenção, por meio da internet, de informações sobre as atividades da administração pública, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, o estado manterá endereço eletrônico para acesso direto dos cidadãos.

§ 2º As solicitações de informações feitas por meio do endereço eletrônico serão registradas, analisadas, respondidas e arquivadas.

Art. 5º Os atos administrativos referentes à celebração, por órgão da administração direta ou entidade da administração indireta do estado, de convênio em que esteja prevista a liberação de recursos serão publicados no órgão oficial dos Poderes do Estado até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura ou na data da liberação dos recursos, se esta ocorrer primeiro.

§ 1º A publicação a que se refere o *caput* deste artigo ocorrerá em seção ou subseção específica, com título distinto constante no sumário e com diagramação que facilite sua localização e leitura.

§ 2º A publicação a que se refere este artigo conterá:

I - o nome do órgão repassador dos recursos;

II - o nome do município recebedor dos recursos;

III - o número do convênio;

IV - o objeto do convênio;

V - valor total do convênio e da parcela que estiver sendo liberada, quando for o caso.

Art. 6º Os poderes, os órgãos e as entidades da administração pública estadual disponibilizarão e manterão atualizadas na internet as seguintes informações:

I - resumo dos contratos realizados por órgão ou entidade, com os seguintes dados:

a) objeto do contrato;

b) valor do contrato;

c) número do processo de licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade;

d) valor do empenho;

e) data da publicação do contrato no órgão oficial dos Poderes do Estado;

II - valor da remuneração paga pelo órgão ou entidade aos agentes públicos ativos e inativos, discriminação por cargo, emprego ou função, especificando-se a quantidade de ocupantes de cada cargo, emprego ou função;

III - investimentos do estado nos mais diversos setores, que incluirão os valores orçados, as atualizações monetárias porventura efetuadas, o estágio de execução de obra ou de investimento e do processo licitatório, com a identificação da empresa contratada, dos municípios envolvidos, do valor total e do valor desembolsado;

IV - relatórios sucintos, em linguagem acessível, sobre a situação econômico-financeira do estado;

V - informações sobre a execução orçamentária e financeira do estado, políticas e programas setoriais e globais, com dados discriminados segundo as diversas políticas públicas.

§ 1º Os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta do Poder Executivo devem gerar e tornar disponíveis dados relativos à execução

orçamentária e ao desenvolvimento das ações de sua competência, observado o disposto nesta lei, para utilização de qualquer interessado.

§ 2º Cada órgão e entidade exporá suas informações em seu sítio eletrônico à disposição na rede mundial de computadores - internet de forma clara, padronizada, atualizada e que possibilite acesso fácil e rápido.

§ 3º A alimentação dos dados deverá ser feita até o sétimo dia útil de cada mês.

§ 4º Os dados disponíveis em forma técnica deverão ser acompanhados de informativos que facilitem a compreensão das pessoas leigas.

§ 5º Os órgãos e as entidades devem tomar as medidas necessárias para garantir que as informações sejam prestadas de forma eficiente e na periodicidade adequada.

§ 6º A consistência dos dados oferecidos via internet, nos termos desta lei, será controlada pelas chefias dos próprios órgãos e entidades que puserem à disposição.

§ 7º As informações serão organizadas por microrregiões e regiões, englobando dados sobre as ações do Governo que afetam seus municípios.

Art. 8º Os serviços de atendimento ao cidadão terão, no todo ou em parte, sua versão na internet.

Art. 9º Serão divulgadas na página da internet de cada órgão ou entidade que compõe a administração pública estadual as decisões dos recursos administrativos apresentados, no prazo máximo de cinco dias úteis contados a partir da decisão.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(aa) ELTON WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, PROFESSOR LUIZÃO, PEDRO IVO, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa precípuamente à democratização das informações, com o objetivo de contribuir para a efetivação dos princípios da moralidade e da publicidade, que devem nortear a administração pública.

O projeto de lei, que esperamos seja aprovado, tem o intuito de conferir maior transparência aos atos praticados pela administração, estabelecendo para todos os órgãos e entidades a obrigação de disponibilizarem:

a) informações às Câmaras Municipais sobre repasses de recursos do estado aos municípios, oriundos de transferência obrigatória ou voluntárias, as quais serão veiculadas também na internet;

b) informações de interesse público, tais como dados sobre licitações, contratos e convênios;

c) a relação das obras em execução e respectivas empresas contratadas;

d) a remuneração para aos agentes públicos, discriminada por cargos e número de servidores neles lotados;

e) relatório sucintos e em linguagem acessível sobre a situação econômico-financeira do estado;

f) informações sobre a execução orçamentária e financeira do estado, políticas e programas setoriais e globais, com dados discriminados segundo as diversas políticas públicas.

É certo que somente com a disponibilização de informações sobre os atos praticados será possível ampliar a participação da população, exercer o controle social e a fiscalização. Não há maneira mais eficaz de fiscalizar do que o controle, feito diretamente pelos cidadãos e cidadãs, dos atos praticados pela administração pública. Entretanto, esse controle somente é possível se o cidadão dispõe de instrumentos que tornem os atos praticados realmente transparentes, de conhecimento público.

Além de estar ancorada em princípios constitucionais, a proposta encontra amparo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que, ao tratar do controle e da fiscalização da gestão dos recursos públicos, dispõe que “a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e a divulgação de dados referentes à gestão fiscal em meios eletrônicos”.

A redação proposta, disciplina toda a matéria relevante para a transparência na administração pública, consolidando atos e iniciativas dispersas e incompletas em leis, decretos, resoluções e portarias de diversos órgãos que já disponibilizam dados na internet e em publicação impressas.

Por essas razões, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de bem da transparência na administração pública.

PROJETO DE LEI Nº 778/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

# D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.  
(a) EDGAR BUENO

## Apoioamento:

Ribas Carli Filho, Cida Borghetti, Plauto Miró, Mauro Moraes, Professor Luizão, Luiz Carlos Martins, Cleiton Kielse, Osmar Bertoldi, Caíto Quintana, Beti Pavin, Waldyr Pugliesi, Fábio Camargo, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Rosane Ferreira, Miltinho Puppio, Luciana Rafagnin, Teruo Kato, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Jocelito Canto, Reni Pereira, Elio Rusch, Ademar Traiano, Nelson Justus, Luiz Accorsi, Valdir Rossoni, Luiz Eduardo Cheida, Duílio Genari, Péricles de Mello, Ney Leprevost, Nereu Moura, Dr. Batista, Alexandre Curi, Luiz Fernandes Litro, Luiz Claudio Romanelli, Felipe Lucas, Durval Amaral, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk e Stephanes Júnior.

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Hylo Francisco Bresolin nasceu em 02 de fevereiro de 1931 na cidade de Espumoso (RS). Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a profissão até obter aposentadoria, sua família chegou a Cascavel no ano de 1974, passando a desenvolver notáveis ações junto à comunidade local e regional.

Entre importantes funções que ocupou registra-se a de Presidente da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cascavel), fundador da CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná), um dos fundadores da FERROESTE, Curador do Conselho da antiga FECIVEL (atual UNIOESTE), Vice-Presidente do Conselho Superior da FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná) e há 18 anos presidente do CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Renato Festugatto).

PROJETO DE LEI Nº 779/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

# D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dom Armando Círio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.10.07.  
(a) EDGAR BUENO

## Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Mauro Moraes, Cida Borghetti, Luiz Carlos Martins, Cleiton Kielse, Caíto Quintana, Ribas Carli Filho, Plauto Miró, Fábio Camargo, Chico Noroeste, Elton Welter, Osmar Bertoldi, Beti Pavin, Elio Rusch, Luciana Rafagnin, Teruo Kato, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Nereu Moura, Dr. Batista, Jocelito Canto, Miltinho Puppio, Luiz Eduardo Cheida, Augustinho Zucchi, Ney Leprevost, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Felipe Lucas, Péricles de Mello, Luiz Claudio, Romanelli, Duílio Genari, Alexandre Curi, Edson Strapasson, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira, Luiz Fernandes Litro, Durval Amaral, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk e Professor Luizão.

## JUSTIFICATIVA:

“Condutor da paz e do bem comum”. Este é o título que pode definir uma vida dedicada à coletividade paranaense. É este o conceito que temos do Bispo Dom Armando Círio, digno representante da Igreja Católica, que muito contribuiu para o desenvolvimento da região Oeste do Paraná desde o início da década de 1960, educando gerações através da pregação religiosa e dos exemplos edificadas que sempre soube cultivar.

A importância de Dom Armando Círio é de conhecimento geral da população, especialmente de Cascavel e do Oeste paranaense, como Bispo Diocesano da cidade entre 1978-1979 e Arcebispo de 1979-1995. Religioso de bom coração, assim ele é reconhecido pela população que o admira e quer bem, pois sente que sua luta visa conduzir à paz e ao bem comum.

É motivo de alegria e conforta-nos exaltar a biografia de Dom Armando, que nasceu em Calamandra, na Itália, em 30 de abril de 1916. Naturalizado brasileiro, os longos anos vividos aqui e principalmente o amor dedicado e que ainda dedica a seus semelhantes fazem dele um cidadão imprescindível à sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 780/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina que a Universidade Estadual do Centro (UNICENTRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), procedam o registro do diploma de conclusão do Programa de Capacitação, em Serviço, para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, na modalidade semipresencial expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI.

Art. 2º Este projeto se restringe ao registro de diplomas expedidos para alunos concluintes do referido Programa Especial, que atenderam os pressupostos de ingresso, portanto, somente os profissionais da área da Educação, com ensino médio completo, que se encontravam em exercício do magistério, em instituições de ensino particulares ou públicas, e que apresentaram os respectivos documentos comprobatórios.

Art. 3º Para fins de registro de diplomas, os concluintes do Programa Especial de Capacitação, devem apresentar documentos que comprovem o vínculo empregatício, anterior à data da matrícula, em instituição regular de ensino, constando nos mesmos o exercício de atividade docente.

§ 1º São considerados como documentos comprobatórios do vínculo empregatício, anterior à data da matrícula:

- a - Contrato de Trabalho;
- b - Carteira de Trabalho
- c - Ato de nomeação ou documento de posse;
- d - Comprovante oficial de pagamento do mês de matrícula, constando a função exercida. Além disso, documento oficial em que conste a relação sumária das atividades exercidas.

§ 2º A apresentação de documentos que comprovem a escolaridade exigida de Nível Médio:

- a - Diploma de Curso Normal;
- b - Certificado de Conclusão de Nível Médio ou equivalente;

Art. 4º As Universidades, deverão estabelecer convênio com a VIZIVALI, a fim de que sejam tomados os devidos procedimentos necessários para o registro dos diplomas dos alunos que se encontram regulares, conforme artigo 2º.

Art. 5º Revoga-se qualquer disposição contrária a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Alexandre Curi, Chico Noroeste, Dr. Batista, Wal-dyr Pugliesi, Edson Strapasson, Luiz Eduardo Cheida, Professor Luizão, Teruo Kato, Edgar Bueno, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli e Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

Faço uso deste projeto de lei para autorizar, que os diplomas do Programa de Capacitação Especial para Docência, em Serviço, na Modalidade Semipresencial, realizado pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, sejam registrados pelas universidades supracitadas.

Os fundamentos da oferta do Programa Especial de Capacitação em Serviço estão norteados sobre os seguintes pressupostos legais.

A Constituição Federal de 1988 (artigos 206, V e VII, 211, parágrafo 1º, 214, III), quando estabelece que a formação e qualificação dos profissionais do magistério implicam o aperfeiçoamento dos agentes da educação.

A Lei 9394 que determina as Diretrizes de Base da Educação, no seu artigo 87, institui a Década da Educação, a iniciar-se um ano da publicação da LDB.

[...]

§ 3º Cada município e, supletivamente, o estado e a união, deverá:

[...]

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos à distância;

[...]

§ 4º Até o fim da Década da Educação (31 de dezembro de 2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Na Lei 10172/01 - aprovou o Plano Nacional de Educação.

O referido Plano, quando trata no capítulo VI sobre o Magistério da Educação Básica, traça, no item 10.3 os objetivos e metas na questão da formação dos Professores e Valorização do Magistério, destacando-se assim:

10. Onde ainda não existam condições para a formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior.

[...]

12. Ampliar a partir da colaboração da união, dos estados e dos municípios, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima pela Lei de Diretrizes de bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares.

13. Desenvolver programas de educação a distância que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível a meta anterior.

Com base nos dispositivos legais acima citados, o Conselho Estadual de Educação do Paraná elaborou e aprovou, por unanimidade, a Deliberação 04/02, instituindo o Programa Especial de Capacitação para Docência nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Também é importante registrar que a decisão do CEE/PR em aprovar a Deliberação, além de toda a orientação e o embasamento legal citados, teve como apoio o Parecer CNE/CES nº 4/97.

Para garantir o caráter emergencial é conveniente que a proposta se oriente para a proposição de programas, em lugar de cursos, como é facultado pela LDB, cuja duração ficará assim naturalmente delimitada, evitando o risco de perenização de soluções que podem parecer apropriadas para um determinado tempo e lugar, mas podem se tornar obsoletas com a evolução da situação local. Neste sentido é muito importante que os sistemas de ensino assegurem o levantamento exato das condições locais, em termos de escolas e professores, em cada disciplina, com dados estatísticos confiáveis, para que se criem programas de qualidade indiscutível, visando o atendimento das necessidades reais. (...) As instituições que passarem a oferecer o novo programa deverão acompanhar cuidadosamente o seu desenvolvimento com avaliação detalhada e documentada, de modo a permitir sua verificação pelo órgão encarregado de sua supervisão sempre que necessário. Após três anos de experiência cada programa será avaliado, através de documentação pertinente, enviada ao Conselho de Educação competente, que dará seu parecer sobre a continuidade ou não do referido programa.

Os Sistemas de Ensino, quanto à organização e competência, estão previstos na LDB, conforme artigos 8º, 9º e 10, estabelecendo, primordialmente, a liberdade dessa organização e dessa competência:

Art. 8º A união, os estados, o distrito federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

Quanto à incumbência do Sistema Federal, o inciso IX do artigo 9º da mesma LDB, assim dispõe:

Art. 9º A união incumbir-se-á de:

[...]

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Quanto à incumbência dos Sistemas Estaduais de Ensino, o inciso IV do artigo 10, assim dispõe:

Art. 10. Os estados incumbir-se-ão de:

[...]

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos...

As Deliberações aprovadas pelo CEE/PR ingressaram no ordenamento jurídico daquele estado após a publicação em Diário Oficial, consequência da homologação dos Srs. Secretários de Estado da Educação Básica e do Ensino Superior. Portanto, ao aprovar a Deliberação nº 4/2002 e esta ser publicada, o Estado do Paraná, através do órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino - Conselho Estadual de Educação, e de seus órgãos executivos, Secretaria de Estado da Educação Básica e Ensino Superior, passam a ser administrativamente responsáveis pela execução e acompanhamento de suas normas.

A Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, criada pela lei municipal nº 896/99 e autorizada pelo Decreto Estadual nº 1704/99 solicitou, pelo Ofício nº 44/02, encaminhado, ao Conselho de Educação do Paraná, a solicitação do Paraná, a solicitação de autorização para Programa de Capacitação para Docência dos Anos do Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, para o desenvolvimento da presente proposta, foi estabelecido um convênio firmados com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná e Instituto de Estudos Sociais e Desenvolvimento Educacional, sendo que o IESDE entra nesta parceria com o objetivo de gerar condições necessárias em tecnologia de comunicação e informação, tais como: condição de produção de materiais, da existência de recursos tecnológicos compatíveis, equipe técnica de reconhecida capacidade. Podendo assim se classificar enquanto curso semipresencial.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná regulamentou a formação de docentes, no nível superior, para os anos iniciais do ensino fundamental e suas modalidades e para educação infantil, em licenciatura, de graduação plena, bem como em programas especiais de capacitação.

Pelo Parecer nº 1182/02 e Portaria nº 93 de 05 de dezembro de 2002 foi fornecida a autorização a instituição solicitante para o funcionamento do Programa, e em 01 de dezembro de 2004 foi prorrogada com a renovação dada através do Parecer 634/04 e Portaria 59/04 ambas do CEE/PR;

O público alvo para as matrículas segue o que diz a LDB e o Plano Nacional de Educação, ou seja os profissionais da área da educação, com ensino médio completo em exercício em instituições de ensino particulares ou públicas. Que apresentassem os respectivos documentos comprobatórios. Conforme a Deliberação 004/02 do CEE/PR.

Os cursistas com aproveitamento e matriculados regularmente, devem receber diploma de licenciatura com habilitação para atuar na educação infantil e/ou para docência em séries iniciais do ensino fundamental, DEL 04/02.

No artigo 5º da Deliberação nº 02/04 do Conselho Estadual de Educação delibera sobre as necessidades e características do Programa. Que haja:

- a) estreita relação entre teoria e prática;
- b) carga mínima de 2.800 (duas mil e oitocentas horas), sendo 400 (horas) de prática pedagógicas e 400(quatrocentas) horas de estágio supervisionado, distribuído ao menos em 24 (vinte e quatro) meses.

c) Pelo menos 40% (quarenta por cento) da carga horária destinada às disciplinas deverá, obrigatoriamente, ser oferecida sob a forma de atividades presenciais, com registro de frequência;

d) O tutor, ou professor-orientador deve ser graduado em Pedagogia ou de Licenciatura de disciplina que componha a matriz curricular do programa.

No artigo 6º o CEE/PR delibera a instituição proponente e sobre o projeto pedagógico contendo:

- a) identificação da instituição e das instituições parceiras e o convênio existente sobre ambas;
- b) características gerais do programa;
- c) princípios norteadores do projeto pedagógico;
- d) componente curriculares;
- e) recursos humanos e materiais;

No artigo 10º trata da análise do projeto pedagógico que deverá levar em conta:

- a) as Diretrizes Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior;
- b) as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil;
- c) as Diretrizes para o Ensino Fundamental.

No Paraná cerca de 45.000 alunos de 280 municípios procuraram a VIZIVALI, a fim de responder o que solicita a LDB e o Plano de Educação, pessoas de boa fé querendo progredir em seus estudos.

Os alunos que buscaram a instituição se apresentavam com o seguinte perfil:

- a) alunos que preencheram os requisitos para a matrícula: tanto de escolaridade como da condição de

professor em exercício (comprovação de vínculo de emprego);

b) alunos com comprovação de escolaridade e tão somente declarações de que atuam como voluntários e estagiários em auxílio de regência de classe;

c) alunos sem quaisquer documentos que comprovassem escolaridade assim como a condição de professores em exercício;

d) alunos com vínculo empregatício em estabelecimento de ensino fora do Estado do Paraná.

Somente os alunos que se encontram na letra "A", ou ensino médio conclusivo e na condição de professor em exercício, no momento de ingresso. São os que efetivamente têm direito, quanto aos outros cursistas com perfis diferentes, o ministério público propôs uma ação de indenização em setembro de 2007, para que sejam restituídos os valores que foram pagos a instituição.

O desafio de capacitar os docentes que já se encontravam em salas de aula, possibilitando com que os mesmos atingissem as metas da LDB e do Plano Nacional, foi e é sem dúvida um enorme desafio, basta dizer a quantidade de docentes em exercício que procuraram este programa, inicialmente cerca de 45.000 pessoas procuraram a Faculdade VIZIVALI, porém somente cerca de 10.000 é que se apresentavam em situação regular, conforme a deliberação 04/002.

A Faculdade VIZIVALI, realizou uma parceria com o IESDE, para atender cerca de 280 cidades em sistema semipresencial, com carga horária de 2.890 (duas mil e oitocentas e noventa horas), 840 (oitocentas e quarenta) horas presenciais, com a presença de um professor tutor licenciado em pedagogia ou licenciado com especialização *latus sensus* - onde tiveram aulas com vídeos aulas e vídeo conferências e mais 400 (quatrocentas) horas em prática pedagógicas e 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado além de 1.250 (horas) com atividades individuais, distribuídas em 27 (vinte e sete) meses letivos:

Uma vez que o Programa foi normatizado pela Deliberação 004/02 e autorizado e renovada a autorização de funcionamento do CEE/PR, e por ser a VIZIVALI, uma Faculdade pertencente ao Sistema Estadual de Educação o registro dos diplomas devem ser realizados por uma instituição de Ensino Superior, por isso ficam autorizadas a UNICENTRO e a UEPG, a emitirem o registro dos diplomas.

(a) PÉRICLES DE MELLO

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quando fui informado no dia de ontem na “escolinha” do Governador Roberto Requião, no dia de ontem, ele teria dito e agredido a empresa Syngenta, de Santa Teresa do Oeste, eu não quis acreditar. Fui numa empresa, comprei o vídeo, está no meu escritório, está no meu gabinete o DVD e ouvi o que o Governador disse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale a pena para quem não ouviu, ouvir e ver o que o Governador Roberto Requião disse na “escolinha” ontem. O motivo que ele usou da Via Campesina, o MST voltar a invadir o Syngenta.

Deputado Luiz Carlos Martins, o Governador disse que o Presidente da França, na semana passada, havia proibido o plantio de soja transgênica. Ele disse que o MST havia apenas feito uma manifestação, Deputado Edgar Bueno, disse que apenas iria entrar na Syngenta e já iria sair. Palavras do Governador Roberto Requião.

Disse mais o Governador - e isto me assusta e me preocupa - Srs. Deputados, o Governador tem que usar a Polícia para inibir ou até para ser um moderado, um mediador - sabem o que disse o Governador? Que a milícia armada tinha colocado de joelhos o sem-terra e teria executado com um tiro na cabeça, segundo informações do Governador, que tinha recebido da Polícia Militar.

Edgar Bueno, V. Exa. que é de Cascavel sabe o que efetivamente aconteceu, como eu sei, o que a Via Campesina e o MST já aprontaram e estão aprontando.

Agora, é lamentável, senhores, ouvir do Governador do Paraná estas palavras.

E aí cabem algumas indagações e algumas reflexões que devemos fazer: quando o Governador disse, e ele disse ontem, que a Syngenta não é bem-vinda ao Paraná, porque a empresa agride as leis e assassina manifestantes, ora, não é admissível que o Governador do Paraná use a TV Educativa e use a “escolinha” com esta finalidade de querer mentir para a população do Paraná.

E ele disse mais: determinou ao Secretário da Segurança Pública que tratasse com dureza essa situação. Ora, Governador Roberto Requião, V. Exa. tem que pedir à Polícia que trata com isenção e apure com total imparcialidade! Esta é a função do Governo! E daí eu me questiono e pergunto a mim mesmo: por que tantas empresas saíram do Paraná?

Há poucos dias o Deputado Augustinho Zucchi usou a tribuna para falar de um possível investimento no sudoeste do Paraná, do Frigorífico Aurora, envolvendo quase 400 milhões. Hoje a imprensa está noticiando que o município de Clevelândia, no sudoeste do Paraná, não mais receberá esse investimento, sabem para onde a Aurora vai, duas unidades? Uma para Santa Catarina, no município de Canoinhas e outra vai para o Rio Grande do Sul, no município de Carazinho. Cada estado desse receberá um investimento dessa empresa de R\$ 400 milhões.

E ainda se pergunta: por que? É lógico, é fácil entender, um Governo do Estado, ao invés de atrair os investimentos para o seu estado, ele agride o setor privado, agride as empresas que aqui estão estabelecidas e as conseqüências são essas que estamos vendo: empresas saindo do estado, empresas indo embora!

Como disse na semana passada o Deputado Geraldo Cartário, que já fez menção em relação a uma empresa de Fazenda Rio Grande, assim são outras empresas saindo do estado, e empresas querendo se estabelecer também não se estabelecem no nosso estado, diante dessas políticas que o Governo do Estado, infelizmente, está adotando!

Não podemos concordar com isso, porque queremos que o estado vá bem e que as empresas se estabeleçam. Mas enquanto o Governador tiver essa idéia, com certeza o Paraná haverá de perder muito a muito mais ainda!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

## ***Deputado Professor Luizão (PT)***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Repito, hoje, aqui, uma parte do que já falei ontem em relação ao transporte coletivo da região metropolitana e de Curitiba. Ontem terminou um fórum organizado pelas empresas do transporte coletivo, é uma pena que nesse fórum das empresas não participam usuários. Eu fui na abertura e não vi ali nenhum usuário do transporte coletivo. Bem diferente do fórum que organizamos - a Frente Parlamentar e a ASSOMECA - onde convidamos representantes dos usuários, justamente para ouvir aqueles que utilizam o transporte coletivo, que sabem das deficiências e dos problemas envolvendo o transporte coletivo.

O que me chama a atenção é uma matéria da Gazeta do Povo de hoje, que eu tinha conhecimento do assunto, onde a própria URBS admite a possibilidade de perder uma ação na Justiça para as empresas onde cobram a diferença do valor da tarifa. São várias empresas que estão com ação na Justiça, cobrando da URBS a diferença que eles acreditam que deveriam estar recebendo pelo serviço prestado.

Agora eu pergunto: o Governo do Estado transfere a URBS o gerenciamento do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Se o gerenciamento é bem feito, os louros são para a URBS, para a Prefeitura de Curitiba. Agora, se perde a ação na Justiça, quem é que vai arcar com esse prejuízo, com essa diferença? Será que a URBS cobraria do Governo do Estado por um serviço que ela tem um convênio para administrar, ou será que, mais uma vez, o usuário é quem vai pagar a



conta? Porque é evidente, se a ação tem procedência, se foi tomada alguma medida unilateral, é evidente que as empresas vão ganhar ações na Justiça e, alguém vai ter que pagar essa conta. Não é justo que seja cobrado do Governo do Estado, porque ele fez um convênio para que a URBS administre, mas que ela administre não para dar prejuízo, não para vir depois cobrar uma conta do Governo do Estado, como está acontecendo no caso do Itaú e, também, não para o usuário pagar. É preciso que fique claro, quem tem que assumir a responsabilidade, é quem está administrando e quem canta a vantagem em relação ao transporte coletivo é a Prefeitura de Curitiba e a URBS.

O Presidente da URBS tentando desmentir a informação, só que essa informação foi dada por um dos diretores da URBS ontem, para a platéia, que existe a possibilidade de perder a questão na Justiça lamento. Por isso que defendo que o transporte coletivo, de Curitiba e região metropolitana tem que ser administrado com mais transparência e com maior participação dos municípios envolvidos, para que não aconteça esse tipo de coisa. Não temos informações sobre os valores, o que se gasta, o que se paga, quais os itens que se compõem à tarifa do transporte coletivo, quanto significa 4% do faturamento para a URBS administrar o transporte coletivo. Não temos essas informações. Além do mais, sempre o mais prejudicado é o usuário do transporte coletivo, esse que por primeiro, deveria ser chamado para qualquer discussão que envolva gerenciamento, transporte coletivo, enfim, para qualquer fórum.

O fórum que realizamos, em Pinhais, foram chamados muitos usuários que contribuíram participando, reclamando, sugerindo, para que melhore o sistema de transporte coletivo.

Vamos continuar nossa luta para que abra essa caixa, que seja mais transparente, que possamos ter informações e que não venhamos a ter surpresas. Digamos, Deputados, que após a eleição do ano que vem para Prefeito, aconteça o seguinte: até a eleição o preço da passagem fica tranqüilo, fica normal. Após a eleição ação na Justiça, as empresas ganham. Tudo aquilo que era vantajoso para o usuário acaba se tornando um ônus. Que a vantagem dure até a eleição, porque depois da eleição, vem o prejuízo que vai cair nas costas do usuário do transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito o Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, o que me faz subir a esta tribuna são os conflitos agrários que existem no Paraná e a temática que veio com muita força, depois do incidente que ocorreu na Fazenda Syngenta.

Estive lá, pessoalmente, duas horas e meia, depois que aconteceu o incidente. Realmente foi muito bárbaro e grave o que aconteceu lá. Precisamos tomar providências. O que os acampados que estavam lá falaram, foi exatamente isso que V. Exa. condenou no Governador Requião, que foram cruéis. Chegaram, tinha gente ajoelhada e atiraram. Isso pode até suscitar dúvidas. Agora, isso cabe a polícia investigar e verificar. Mas, não admitimos milícias privadas, pode ter até excesso por parte, muitas vezes, do MST, mas sempre, foi mais fácil ficar do lado do grande fazendeiro, das transnacionais. Sabemos que elas muitas vezes, até financiam campanhas em determinados momentos.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é uma proposta em função dessa crise rural. A solução seria, e isso é ponto pacífico para o conjunto das lideranças, inclusive de partidos de Oposição, os líderes do PFL, do PSDB, que são hoje considerados partidos de Oposição, que é muito importante para a democracia brasileira. Foi o Deputado Miltinho Pupio que levantou isso e nós vamos trabalhar essa questão de buscarmos saídas para a reforma agrária do estado. Já tive uma conversa preliminar com o Superintendente do INCRA na manhã de hoje, ele já se dispôs a vir aqui a convite do Bloco Agropecuário na próxima quarta-feira, às 11h da manhã, para discutirmos uma forma de buscar a negociação com fazendeiros que coloquem seus lotes à disposição para venda de terras para o estado do Paraná.

Existe recurso para isso. Natural que as terras que são colocadas à disposição precisam ser terras que tenham várias exigências. Para fazer aquisição dessas terras ele virá aqui, encampará essa luta junto com essa comissão de Deputados que quiserem acompanhar o trabalho.

Na próxima quarta-feira ele estará aqui. Os membros do Bloco Agropecuário que quiserem participar, os Deputados que têm mais ligação com a Via Campesina estão convidados, os Deputados que têm mais ligação com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná estão convidados e, também, da Federação da Agricultura FAEP estão convidados.

Todos temos diálogo com todos esses movimentos sociais, rurais, tanto da parte patronal como trabalhadores da agricultura familiar. Acredito e, o próprio Superintendente diz que é um bom momento para que a Assembléia Legislativa trabalhe essa mediação, num processo de entendimento com fazendeiros que têm terras, que coloquem essas terras à disposição para estabelecermos um objetivo.

Parece-me que hoje, no Paraná, segundo os dados que foram colocados no dia de hoje, tem 8 mil famílias em acampamentos. Esse número é possível ser reduzido e até resolvido.

Vamos encaminhar um método de trabalho. Acredito que haverá esse empenho do INCRA ou de outros órgãos do Governo Federal e até do estado e da Assembléia como mediadora. Vamos conseguir amenizar o problema agrário.

Natural que a gente precisa do apoio dos Deputados desta Casa, da mediação deles, precisamos ter em função do formalismo excessivo das leis que existem nos sentido de fazer a compra de terras que demandam um certo tempo. Precisamos paciência de um fazendeiro que oferta uma área, muitas vezes a burocracia leva de 6 a 8 meses ou até um ano para consolidar o negócio. Mas, certamente, se trabalharmos firmemente nisso, pode ter certeza, vão sair bons negócios que vão atender tanto a indenização justa de fazendeiros, como também poderemos assentar milhares e milhares de famílias. Esse é um desafio que a Assembléia pode mediar, haja vista esse conflito que existe no campo por parte dos trabalhadores rurais sem terra e por parte dos fazendeiros.

Acho que é uma saída boa, vamos diminuir significativamente o conflito agrário. E o Poder Legislativo, como é um poder mediador, vamos trabalhar juntos, com inteligência, com sabedoria. Poderemos vistoriar as áreas que vão ser colocadas à disposição e fazer aquilo que é o dever deste poder, porque certamente existe recurso do INCRA. Precisamos cumprir as formalidades e dá para hoje, do jeito que é a legislação, têm poucas áreas em função do que diz a Constituição para fins de reforma agrária. Mas a reforma agrária pode ser feita em processo pacífico no sentido de colocar, ofertar terras que estejam em condições de assentar famílias, terras que não sejam terras devolutas, que não tenham litígio.

Mas vamos identificar isso, vamos precisar de todo o empenho desta Assembléia e quem sabe, um dos marcos desse mandato legislativo, um dos marcos desse período legislativo, pode ser que a gente consiga em função da disponibilização de recursos do INCRA, amenizar o conflito agrário aqui do estado. Vamos fazer a nossa parte! Tenho convicção que essa comissão que deverá ser constituída na quarta-feira que vem, com a vinda do Superintendente do INCRA, estão convidados os que tiverem interesse. Será uma ação do Bloco Agropecuário, poderemos fazer uma comissão especial para isso, para acompanhar, mediar junto ao INCRA, junto aos fazendeiros, os Sem-Terra, para resolver e amenizar os problemas e conflitos agrários do estado do Paraná.

É uma proposta concreta e tenho convicção que pode funcionar. Basta ter vontade, tanto por parte dos trabalhadores rurais, agricultores familiares sem terra e também de trabalhadores patronais que podem chegar num entendimento com o Governo, disponibilizando suas terras e fazendo assentamentos necessários para melhorar a renda e diminuir a pobreza no Paraná.

Obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Inicialmente queria comunicar a esta Casa e para muita alegria de todos nós, num tempo muito recente aqui recebemos e demos oportunidade para que se pronunciasse nessa tribuna, num momento difícil que passava em sua vida, o General Lino Oviedo. Quero comunicar a esta Casa que no dia de ontem a Suprema Corte Paraguaia inocentou o General Lino Oviedo de todas aquelas acusações. E ele, Deputado Reni, V. Exa. que é da divisa, ele foi inocentado de todos os processos, ontem, e ontem mesmo já se inscreveu para as eleições no Paraguai no ano que vem, que devem ser no dia 26 de abril do próximo ano.

Portanto, o General Lino, que passou por momentos terríveis que esteve detido, preso, por 3 ou 4 anos, no dia de ontem, foi inocentado pela Corte Suprema do Paraguai e já está na dianteira em todas as pesquisas do território paraguaio.

Quero comunicar a esta Casa que ao longo desse cárcere que ficou o General, nós, na condição de uma amizade que fizemos com ele há muito tempo, acompanhamos o seu sofrimento quase que diariamente através do telefone e nas várias vezes que estivemos no Paraguai, onde estivemos acompanhando, visitando e levando a nossa palavra de força ao General paraguaio Lino Oviedo.

No dia de ontem fez-se justiça no país vizinho, no Paraguai, e o General Lino foi inocentado de tudo aquilo que lhe foi armado, imputado e ele, que passa, a partir de hoje, a ser o grande candidato do povo paraguaio.

Estive recentemente por duas vezes em assunção, participando de 2 atos: no aniversário do General e no dia que lançou sua campanha, mesmo tendo esse impedimento. E a alegria do povo paraguaio é muito grande com a disposição e a vontade do povo de tê-lo como Presidente. E os jornais do mundo noticiam hoje que o General Lino está apto a ser Presidente no começo do ano.

Nas notícias que chegam hoje a capital Assunção, Lino, quando soube da sua inocência, quando a Superior Corte Paraguaia lhe inocentou, ele imediatamente foi até o Supremo Tribunal Eleitoral e já registrou a sua candidatura, porque todos já estão em campanha no Paraguai.

Então, esta Casa foi uma das únicas Casas Legislativas do país que abriu espaço para o General Lino falar aqui, por uma iniciativa minha, do Deputado Vanhoni e do Deputado Natálio Stica. Naquela época, conseguimos fazer com que o General conseguisse falar aqui desta Casa e a partir daquele momento constituímos uma amizade muito grande com o General, e há pouco falava com ele por telefone e me dizia da alegria, porque já estava nas ruas fazendo campanha e as pesquisas o colocam no seu devido lugar: o homem que o Paraguai quer que seja o Presidente.

Esta Casa e o Paraná vão ter um importante aliado no fortalecimento de muitas coisas que precisamos fazer com o Paraguai, pois ao longo desses anos estive diariamente conversando com o General Lino, mesmo estando encarcerado. Todos os dias conversávamos e na eleição passada o General Lino determinou que seu filho, que será candidato a Deputado nas eleições do ano que vem, fizesse um estágio durante alguns dias em Ponta Grossa, durante a campanha eleitoral. Mandou o seu filho para ficar comigo durante o período eleitoral, para aprender a tratar cada vez mais da população simples. Fiquei orgulhoso disso, porque quando um pai manda um filho para um país vizinho para participar de uma eleição, acompanhar, ouvir e aprender, nos enche de satisfação.

Por isso, no dia de hoje, ficamos felizes de saber que a Justiça - naquele país que alguns dizem que não tem Justiça - acaba de ser feita e aqueles que condenavam o General sem lhe dar o direito de poder falar, absolveram-no. A Suprema Corte Paraguaia, ontem à tarde, concedeu o direito de inocência total de tudo o que foi atribuído ao General Lino, e ele pagou muitos anos de cadeia e alguns anos aqui no Brasil, quando aqui esteve exilado, e neste momento está sendo candidato. E hoje os jornais publicam inclusive uma foto que está comigo que o General Lino haverá de ser um grande Presidente do Paraguai.

Então, quero comunicar aos companheiros que temos um pezinho lá no Paraguai, pelo trabalho que fizemos ao longo dos anos junto com o Lino, pois no pior momento da sua vida estivemos acompanhando-o, bem como a sua família, seus amigos, e agora a vitória na Justiça e a vitória maior virá no ano que vem, com a eleição do povo paraguaio, colocando-o como Presidente eleito daquele país.

Concedo um aparte ao Deputado Belinati.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Apenas para desejar ao nobre colega Jocelito Canto que, a exemplo da justiça que se fez com o General Lino, também V. Exa. tenha a mesma sorte e que se faça justiça com as injustiças que estão tentando praticar e destruir a carreira política de V. Exa.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Muito obrigado, Deputado Belinati! Se até o Paraguai já fez justiça, aqui não será difícil!

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno, que também conhece bem o Paraguai, tem suas ligações e pode ficar à vontade para falar sobre esse caso.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Deputado Jocelito, só para confirmar o que V. Exa. está dizendo, estive no sábado e domingo em Assunção, porque tenho um compadre lá e fui para fazer uma visita e crismar uma menina, e é verdade essa popularidade do Lino no Paraguai, com os trabalhadores, nos restaurantes e bares. Ele tem uma popularidade muito grande e prova-

velmente, até pelas injustiças sofridas, o povo quer rever isso, o povo quer dar a contrapartida e provavelmente eleja o Lino. Hoje ele seria imbatível, mas logicamente temos que aguardar o resultado das urnas. Mas, com certeza absoluta ele tem essa popularidade para ganhar as eleições no Paraguai. Ele tem muitos amigos, como em Cascavel, o Pedro Mufato é amigo íntimo do Lino, ele que quando eu era Prefeito, levou 3 vezes o Lino ao meu gabinete. Realmente ele tem muitos amigos no Brasil, e V. Exa. é uma das pessoas que ele gosta muito.

Quero parabenizá-lo por apoiá-lo na hora que ele estava numa situação difícil, porque, normalmente, as pessoas recebem muitos aplausos quando estão bem, e V. Exa. aplaudiu e deu apoio quando ele estava numa situação difícil.

Concordo com V. Exa. ele deverá ser o próximo Presidente do Paraguai.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Quero dizer a esta Casa que, no passado, quando o General Lino saiu do Brasil e foi se entregar no Paraguai, fui designado por esta Casa para acompanhar a apresentação do General, na condição de observador, representando o nosso estado.

Lá estivemos, a Assembléia Legislativa esteve representada por minha pessoa, naquele dia que o General voltava ao seu país. E tão logo chegou foi preso, foi levado para o local onde ficam os condenados militares. Pagou 2 anos e pouco sem dever absolutamente nada. Enfim, vamos aguardar o ano que vem. O primeiro passo foi dado. A justiça tarda até no Paraguai, mas não falha.

Tenho certeza que ainda veremos o General Lino entrar neste plenário para agradecer, com a faixa de Presidente do Paraguai, porque foi um dos poucos Parlamentares deste país que lhe deu oportunidade de falar naquele momento difícil que ele passava.

Então, hoje é dia de comemorar.

Quero voltar hoje a falar da saúde. Acho importante não fugirmos da realidade. Acho importante nos aprofundarmos na saúde. Estou entrando com um projeto de lei, hoje. É um projeto muito polêmico. De repente, quando passar pela CCJ, é capaz de algum Deputado julgar inconstitucional, porque lá na CCJ tem dias que dá e tem dias que não dá. Todos sabem do quê estou falando.

Recentemente, a Rede Globo noticiou lá em Ponta Grossa, dizendo que existem médicos que faziam, num pronto-atendimento, consultas em 20 segundos. A Globo filmou isso. Filmou a entrada do cidadão e filmou a saída. E assim vai.

Os médicos fazem consulta num prazo de 2 minutos. Aí não tem saúde que agüente, porque quando o atendimento básico não funciona, ele arrebenta onde? No posto de saúde, vai para o pronto-socorro e vai para o hospital.

Quando o médico deixa de fazer um atendimento de, pelo menos 10 minutos, o ideal é 15, 4 consultas por

hora já é bom. Agora, imagina um médico atender um cidadão em 2 minutos? Lá em Ponta Grossa tem até uma brincadeira: quando a pessoa entra, o médico vai dar a receita e a pessoa pergunta: ‘É minha, doutor?’ ‘Não, esta é do outro, a sua já foi.’

Então, Srs. Deputados, temos que começar pela raiz para resolver a questão da saúde. Quero que me corrijam os médicos se eu estiver errado, um mau médico - e toda profissão tem os maus e os bons - a pessoa entra e em 2 minutos é atendida. O médico nem pega no paciente. O médico tem o dom, hoje, pelo simples fato de conversar com uma pessoa doente, ela já sair bem dali. É o médico que, mesmo não sendo psicólogo, mesmo não sendo da psiquiatria, pelo simples fato de dizer para pessoa: “Não, isso aí que você sente não é nada”, a pessoa sai dali bem e resolve o problema. O simples fato de o médico conversar com aquele paciente. Tem um nome que é dado a isso, não me lembro. Existe um nome que é dado a esse atendimento que o médico faz quando conversa com o paciente.

Bom, mas o médico determina, depois de 2 minutos de atendimento à pessoa, que ela faça um exame de raio x, de sangue, de tudo que tiver direito. Aí, Deputado Cheida, a saúde não agüenta, porque se o médico tivesse examinado aquele paciente, não precisa de nenhum tipo de exame. Certamente, pela experiência que tem um clínico geral - e que são grande maioria - resolveria muitas vezes o problema daquele cidadão num simples atendimento bem feito.

Sei que alguns não vão gostar, vou arrumar confusão. Não sei se vai ser legal, mas tenho que fazer. Como eu já aprovei um projeto nesta mesma linha, acho que a CCJ vai deixar isto ir até o Governo do Estado. Trago a esta Casa, hoje, um projeto que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos, dos atendimentos do sistema de saúde estadual, de profissionais por ele credenciados, o horário de início e fim da consulta. Então, na receita médica, quando o Jocelito entrar no posto de saúde, o médico marca: “O Jocelito entrou à 01h 10min. Terminei de atender o Jocelito à 01h 20min”, e aí o médico assina que atendeu o Jocelito em 10 minutos. A classe médica não vai gostar disso.

O que estamos fazendo? Estamos colocando no lugar certo as coisas certas. Se um médico tem que atender em 15 minutos um cidadão, então ele vai atender em 15 minutos. Ele vai ficar lá com o paciente 15 ou 10 minutos, ou 5, se for necessário, mas vai escrever em quanto tempo atendeu aquele paciente. Sabe por quê, Deputado Carli? Porque tem médico que recebe para trabalhar 8 horas por dia e não vai ao posto de saúde às 8h. O médico atende duas horas no posto, duas horas no particular, duas horas no convênio e não chega onde queremos.

Eu estou, aqui, hoje, amparado pelo médico também. Trouxe um médico junto, o mais votado em Ponta Grossa: o Vereador Dr. Zeca, do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira. É o Vereador mais votado

em Ponta Grossa, é médico do pronto-socorro. Sabe o que ele diz, Dr. Cheida? Ele diz que o problema que resulta em problemas graves na saúde, hoje, é a falta de atendimento na base, é o atendimento básico que não funciona. O médico do PSDB, do partido do Prefeito, diz no jornal que as equipes de PSF não fazem 8 horas por dia. Mas então, Deputado Romanelli, de onde vem a origem dos problemas de saúde? Vem da falta de atendimento básico.

Fiquei sabendo que o Promotor Fuad vem à Assembléia, vai vir na Comissão de Saúde e vou estar lá. Acho importante a sua vinda, porque quero perguntar a ele também, se o Ministério Público está acompanhando isso, aqui, Deputada Cida, porque isso é dinheiro, é verba federal que vem para os médicos atenderem o povo do postinho, 8 por dia e não estão fazendo.

Hoje, na rádio, começaram me ligar pessoas dizendo: “Deputado, aqui no bairro o médico fica 15 minutos e vai embora.” Aí está a essência do problema da saúde. Não há atendimento básico, daí arrebenta, cai lá na frente e vira o que estamos vendo. Vai todo mundo para a UTI, para o hospital, porque não há atendimento básico que funcione.

Daqui, o Dr. Zeca, médico, Vereador, homem que atende na porta do pronto-socorro, está dizendo que há falhas. Vamos consertar as falhas da saúde. Vamos falar a verdade! Chega de mentira! Chega de sacanagem! Chega de pilantragem! Chega de politicagem! Vamos a fundo na saúde! Vamos ver onde começa e onde termina a saúde! É fácil fazer mídia. Dizer que o fulano morreu por falta disso. Falta básica, atendimento básico. O médico da família, o clínico geral, o médico que analisa e salva vidas.

O médico que aprendi a respeitar, porque a minha mãe há 35 anos tem lúpus no sangue e sofre. Eu, quando tinha 7, 8, 9, 10 anos, tinha que ir para a fila do INAMPS, para pegar uma ficha, porque só tinham 2 consultas. Então, senhor, vamos a fundo na saúde, sim. Vamos discutir a UTI, mas também o básico, o começo.

Eu queria, agora, ao protocolar esse pedido, hoje, Deputado Cheida - não sei se é constitucional, mas tenho que propor, para dar uma satisfação àqueles que não estão cumprindo com os horários, que recebem do Governo Federal. Acho que o médico não deveria ganhar R\$ 6, 7 mil. O médico deveria receber R\$ 15 mil, para poder cumprir 8 horas no postinho e atender bem.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Deputado Jocelito, quero lhe parabenizar pelo depoimento. Não vou entrar no mérito da discussão do projeto de lei, de V. Exa., porque ele vai ser apreciado. Acho que a questão da ausência do médico é um problema de gestão. O Prefeito que quiser resolve isso em um dia. Não leva mais do que isso. Quando não quer, não resolve.

Eu solicitei o aparte também para dizer o seguinte: quando fui Prefeito da cidade de Londrina, resolvi instituir o médico de família, que não existia no Brasil. Era uma experiência que inventamos, cabocla, que obrigava o médico a morar na zona rural. Ele recebia um salário maior do que o do Secretário de Saúde para ter apenas um emprego. Ele atendia, ali, na chuva, no vento, no domingo, no feriado, à noite, de dia. A mortalidade infantil caiu, naquela época, na zona rural, de 50 mil para 12 mil em um ano.

Naquele momento começamos a pensar no problema da produtividade do médico, de maneira a comparar com a resolução do problema. Porque o problema não é a duração da consulta, é se ela é ou não eficaz. A dona Maria que vai procurar o posto de saúde quer saber se o seu problema vai ser resolvido ou não. Apenas para lhe ajudar no raciocínio, há uma questão que é básica, que o médico no posto de saúde atende uma população determinada. Às vezes a mesma paciente volta 10 vezes na semana, 4 ou 5 vezes até no mesmo dia porque o problema não está sendo resolvido. Imaginemos fazer uma lógica inversa: quanto menos o doente voltar ao posto de saúde depois de ser atendido, o médico ganharia mais. Quanto mais ele resolvesse o problema com protocolo especificado, mais ele ganharia. Talvez essa seja uma lógica melhor do que estabelecer um prazo para uma consulta, porque ele pode ficar lá batendo papo, perguntando de outras coisas e consulta mesmo que é bom, nada! Fica uma sugestão a V. Exa. para que seja aprimorado isso. Há muitas experiências no Brasil, mas volto a dizer que é elogiável o seu pronunciamento e a sua preocupação.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Dr. Batista (PMN) (Aparte)**

Estou acompanhando o seu discurso, sobre o Vereador Zeca. Sabemos que ele não é o dono da verdade, é um grande médico e um grande Vereador. O paciente retorna ao seu consultório 4, 5 vezes semanais. Dentro do seu projeto gostaria que o senhor colocasse o valor da consulta. O médico vai receber R\$ 2,54 por uma consulta, que assuma a consulta. Não se pode fazer uma consulta em 2 minutos, isso é impossível! O paciente chega e fala: “boa tarde.” E você fala: até logo. Acabou a consulta. Não é assim. Temos que fazer uma consulta com carinho, com respeito. Mas uma consulta custa R\$ 2,54, não R\$ 7,00. Acho louvável, bonitas as palavras de V. Exa..

Gosto sempre que V. Exa. vá à tribuna, concordando ou não. Neste projeto estou com o senhor e vou votar favorável.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Muito obrigado.

Propomos os projetos e se for bom vai para frente, se não for já cai, aqui. Quero também ouvir o Dr. Accorsi.

#### **O Sr. Luiz Accorsi (Aparte) (PSDB)**

Jocelito, ouvi atentamente o seu pronunciamento. Essa consulta que o senhor disse de 2 segundos é um crime, isso é um barbarismo, uma coisa desumana. Concordo com o senhor. Mas vejo certas coisas, aqui tem muitos amigos da classe médica que vão concordar comigo. O médico para atender pelo SUS - tenho uma clínica que atende pelo SUS - tem que ter uma grade de atendimento. Vou atender 4 horas, ele pode atender 4 pessoas por hora, 15 minutos por consulta.

Tem muita coisa errada, tem médico errado, mas o Governo está errado, o Ministério está errado, o município está errado. Vou te falar o porquê. Vou citar o exemplo da minha clínica, tem a central de marcação para especialistas. Onde tem especialista em urologia? Tem lá em Santa Felicidade. Lá na central de marcação eles marcam para as pessoas do Umbará, Vila São Pedro, São José dos Pinhais. Conclusão: o povo não vai, porque não tem o dinheiro da passagem. Isso é errado, deveria ser marcada a consulta na regional de cada bairro. Há dias atrás teve um aumento do Ministério da Saúde, mas o aumento foi só para certas especialidades, aumentou para cardiologia, neurologia, de R\$ 7 foi para R\$ 10. Clínica médica, que é o pesado, é a base da coisa, ela não aumentou ficou em R\$ 2,40. Então, o médico vai no consultório para atender 4 consultas por hora a R\$ 2. Ganha mais a mulher que trabalha na minha casa do que este coitado que vai atender consulta a R\$ 2. O teu projeto é válido, mas tem muita coisa errada.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Fico feliz em ouvir os médicos da Casa. Gostei do que falou o Deputado Cheida, cumprimento por esta iniciativa, não ganhar pela quantidade, mas pelas pessoas que não voltarão ao posto. Concordo com o Dr. Batista e com o Dr. Accorsi, o médico tem que fazer 4 consultas por hora, mas daí ele ganha mal.

Está na hora de discutirmos a saúde com toda a seriedade possível. Se o médico não pode atender mais do que 4 consultas, ele também não vai viver, mas também não pode atender 20 consultas em 1 hora, porque ele vai matar pessoas e não vai atender bem. Temos que decidir o que é bom e correto. Concedo aparte ao Sr. Deputado Carli.

#### **O Sr. Ribas Carli Filho (Aparte) (PSB)**

Acompanhando o seu pronunciamento, não sou médico como os outros Deputados que me antecederam, mas conheço um pouco da saúde porque tenho acompanhado o trabalho que é feito pela saúde na minha cidade de Guarapuava. Esse problema do atendimento médico, de não cumprirem o horário, de não terem o ponto, de fazerem um mau atendimento dos pacientes. Isso não é um caso isolado. É uma questão generalizada em todo o país, as prefeituras, os estados têm problemas com o atendimento público.

Vou dar um dado que foi comprovado depois da informatização do sistema de saúde de Guarapuava: um médico dermatologista levou 3 minutos para atender um menino de 5 anos de idade com a mãe. O Secretário de Saúde chamou o médico e falou: “O senhor provavelmente diagnosticou errado ou não diagnosticou”. O médico disse: “Mas como, como o senhor sabe”? Ele disse: “Não está certo. O senhor é médico dermatologista e levou 3 minutos para atender uma criança, em 3 minutos a criança não tira nem a sua roupa para ser atendida”. Quero dizer que a informatização do sistema de saúde foi feita, e todo o controle é feito pela Prefeitura, inclusive de pacientes que muitas vezes recebem o medicamento em um posto de saúde e vão buscando em outros postos de saúde da Prefeitura, para fazerem estoque do medicamento e vai faltando medicamento para outras pessoas.

Gostaria de sugerir e, quem quiser, está aberto para conhecer o sistema de saúde informatizado. Acabou de acontecer, faz 1 mês que foi instalado no município de Guarapuava. Os médicos começaram a trabalhar e conseguiu-se ter um controle do estoque e da distribuição de remédios no município de Guarapuava.

Muito obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Todos cobram o horário dos Deputados, a imprensa cobra a presença dos Deputados em plenário, vamos começar a cobrar também a presença dos médicos nos postos de saúde, vamos a fundo na saúde. Vamos trabalhar, vamos discutir a saúde. Onde começa errado a saúde?

Disse ontem que fizemos uma estatística em Ponta Grossa de quantas pessoas morrem e nascem por dia. Hoje, nos campos gerais, morreram 6 pessoas. Sabem quantas nasceram? Vinte e uma criancinhas nasceram hoje nos campos gerais. Claro que não há saúde que suporte. Seis - como dizemos na brincadeira - subiram, e vinte e uma nasceram. Quer dizer, é difícil fazer saúde com essa diferença. A partir do momento em que uma criança nasce, já começa a se tornar um caso de saúde.

Por isso, temos que ir a fundo na saúde. Fico feliz que possamos discutir a raiz da saúde. A UTI é importante, mas o mais importante é o começo, o atendimento básico que não faz com que a pessoa chegue na UTI. Diagnosticou lá no começo, não chega no fim.

#### O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Deputado Jocelito, o senhor, na última campanha eleitoral, me acompanhou em comícios. O nosso adversário dizia que ia acabar com as filas da saúde e eu fazia uma crítica a esse slogan, porque acho que ele revela a postura e o conteúdo do candidato. Eu dizia: existe uma forma de acabar com a fila, muito fácil: mande um médico fazer uma consulta em 30 segundos e não há fila que agüente. Disse isso em vários discursos, porque todo nosso convênio foi no sentido da saúde da família, Deputado Cheida. Instalamos 22 equipes e demos centralidade

para a saúde preventiva, inclusive deixei recursos do Governo Federal para a atual administração, para expandir o Saúde da Família para 70% dos postos em Ponta Grossa. Infelizmente, o atual Prefeito tirou essa centralidade, os médicos não trabalham mais 8 horas e virou piada o tal de acabar com a fila. O povo diz assim: “Acabou com as filas porque tirou os médicos dos postos.” Não existe mais fila. Tirou a centralidade da saúde preventiva e colocou a centralidade do pronto-atendimento. É a denúncia que está se fazendo.

Não há possibilidade de discutir a saúde com profundidade, Deputado Jocelito, concordo com o senhor, se não se discutir a situação da saúde, do atendimento à saúde básica do município.

Muito obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou protocolar depois nesta Casa, vou deixar nos Anais esse depoimento do Dr. Zeca, que é do PSDB, do partido do Prefeito e ele diz que a falha está exatamente no atendimento básico. Vou deixar registrado aqui, vou pedir a transcrição desse artigo na seqüência, para que fique registrado que a saúde tem dificuldade, sim, vai ter sempre. Mas, precisamos pegar a essência da saúde. Se da boca para fora resolvesse a saúde, eu seria o melhor político para resolver, faria grandes discursos, mas não resolve. O que resolve é o médico fazer com que aquela pessoa não venha mais ao posto. Ela está atendida, está contemplada. E olha que não entendo nada de saúde, sou apenas um radialista.

Fica o projeto, peço apoio aos companheiros. É um projeto interessante. Quando a pessoa entrar para ser atendida, a pessoa marca a hora, e quando sair, evidentemente marca a hora da saída e isso vem para a Secretaria de Estado para controle. É a mesma coisa que colocar nos carros o tacógrafo. E se alguém mudar de assunto, a própria pessoa tem condições de denunciar. Enfim, é isso.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### **Documento tido como lido a pedido do Deputado Jocelito Canto:**

*Diário da Manhã*

*Ponta Grossa, quarta-feira, 31 de outubro de 2007.*

*“Doutor Zeca destaca avanços no Pronto Socorro Municipal*

*O vereador acredita que o Prefeito Pedro Wosgrau e a sua equipe estão fazendo o máximo para melhorar a Saúde Pública.*

*Johnny Willian Soares*

*Cumprindo o seu primeiro mandato na Câmara Municipal e eleito com a maior votação nas eleições de 2004, mais de seis mil votos, o Médico-Vereador José Carlos Raad, o Doutor Zeca (PSDB), realizou ontem uma avaliação do seu trabalho na Câmara. O Vereador afirmou que a principal bandeira do seu mandato é a saúde pública, procurando resolver ainda os problemas de infra-estrutura dos bairros da cidade. “Fui eleito para*

*ajudar o povo que precisa da saúde pública. Vivo a realidade da saúde todos os dias, identificando os problemas e cobrando soluções do Poder Público”, afirmou doutor Zeca.*

*O Médico-Vereador, que atende no Pronto Socorro Municipal (PSM), destacou os avanços da saúde pública na cidade, em especial no PSM. “Com as reformas e os leitos de UTI, o atendimento no pronto socorro melhorou consideravelmente. Existe uma capacidade maior para atender os pacientes em estado mais graves. Fiquei emocionado, há poucos dias, quando uma mulher, foi salva graças ao respirador da nova UTI”, relatou o Parlamentar.*

*Dr. Zeca explicou que os leitos de UTIs disponibilizados no Pronto Socorro Municipal atendem pacientes de baixa e média complexidade. “Os novos leitos do PSM desafogam as UTIs de alta complexidade disponíveis nos hospitais da cidade. Os casos que dependem de uma vaga de UTI de alta complexidade podem ficar esperando a liberação da vaga nas UTIs do PSM, recebendo um atendimento melhor. Eles estão sempre ocupados, na grande maioria, são pacientes de Ponta Grossa”, contou o Vereador, explicando que outra dificuldade encontrada no PSM é em relação à falta de cirurgia geral no hospital, que deverá ser solucionado com a contratação de uma equipe nos próximos dias. “Com a realização destas cirurgias, o Pronto Socorro passa a possuir conotação de hospital, resolvendo um sério problema da população com a espera por estes procedimentos”, acredita.*

*Outro problema enfrentado pelo PSM, segundo revelou o Vereador doutor Zeca, é relacionado ao constante aumento da demanda e atendimentos pelo hospital. Na opinião do Vereador, isto ocorre devido à limitação dos atendimentos nas unidades básicas do Sistema Municipal Público da Saúde. A população enfrenta uma grande dificuldade para marcar consulta nos postos de saúde. O problema estoura no pronto socorro”, explicou o vereador, que vem defendendo junto à administração municipal que as consultas nas unidades básicas não podem ser limitadas. “Com a implantação do Programa Saúde da Família (PSF) nos postos, anunciado pelo Governo municipal, a expectativa é que os médicos atendam o dia inteiro, desafogando o pronto-socorro”, afirmou doutor Zeca, informando que a equipe clínica do PSM realiza em média 400 atendimentos ao dia.*

*A inauguração do laboratório do PSM, segundo o Vereador, está permitindo uma avaliação mais precisa dos pacientes com maior rapidez. Sobre a falta de médicos no PSM, o Vereador atribuiu à dificuldade de encontrar profissionais. “Os profissionais estão expostos a riscos, baixas remunerações e um grande número de atendimentos. É difícil encontrar médicos disponíveis”, revelou.*

*Governo Wosgrau*

*Doutor Zeca, que pertence ao mesmo partido do prefeito Pedro Wosgrau Filho, o PSDB, destacou os investimentos e esforços da administração municipal para melhorar a situação da saúde pública. “Acredito que o Prefeito Pedro Wosgrau e a sua equipe estão fazendo o*

*máximo para melhorar a saúde em Ponta Grossa. As administrações anteriores praticamente abandonaram a Saúde”, afirmou o vereador doutor Zeca.*

*O Vereador afirmou que entrou para a vida pública para ajudar a solucionar os problemas enfrentados pela população na saúde. “Podia estar ganhando muito mais dinheiro exercendo a minha profissão. Perdi três grandes empregos devido aos meus compromissos, como Vereador. Foi a maneira que encontrei para ajudar a resolver os problemas da saúde.*

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só para justificar a ausência do Deputado Tadeu Veneri na Sessão de hoje, tendo em vista que faleceu em acidente o seu assessor, o Paulo Betin, de Arapoti. Faleceu no início desta tarde.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, também queria manifestar votos de pesar pelo falecimento do assessor do Deputado Tadeu Veneri.

Também aproveitar para registrar a presença do Vereador Apolinário e da Vereadora da cidade de Toledo, Rosa Campos. Uma honra recebê-los aqui.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Consulto à Mesa se eu não posso protelar. É que estou aguardando uns documentos que estão vindo da Comissão de Finanças. Posso me inscrever para o final?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro que sim, desde que não entremos na Ordem do Dia.

Bloco PPS/PMN.

**(Declina)**

Democratas. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvia o Deputado Elton Welter, sua manifestação em relação ao conflito que se estabeleceu no campo, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro. Esta é a verdade!

E o Deputado Elton Welter procura, através da Assembléia, encontrar uma solução em relação a este

conflito que é uma realidade hoje e que pode se agravar muito mais ainda. E nós não podemos ignorar isto. Tanto é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 2004 e 2005, quando a Assembléia criou a CPI da Terra, ou seja, da reforma agrária, em nossas conclusões - é importante lembrarmos - Srs. Deputados, alguns encaminhamentos que a Assembléia fez e algumas recomendações que entendemos, naquela época, necessárias e, aliás, o relator dessa CPI foi o Deputado Bradock. Integraram essa CPI também os Deputados do PT, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Tadeu Veneri, e esse relatório, Srs. Deputados, foi aprovado por unanimidade, na comissão e também aqui no Plenário.

E o que diz? Vamos ler algumas conclusões, as conclusões desse relatório. Primeiro - pelos debates, questionamentos e manifestações dos Srs. Deputados - é unânime o apoio destes para a execução da reforma agrária no Paraná, como instrumento de justiça e desenvolvimento social e para a necessidade que a mesma se faça no estrito limite do respeito à lei. Ficou bem claro.

Segundo, pela forma como o MST conduziu e conduziu as suas demandas, a reforma agrária tem sido uma busca de resultados estatísticos. As metas perseguidas sempre foram o número crescente de famílias assentadas, sem apresentar nenhuma perspectiva a partir dali. E continua - um outro item importante que a CPI, na época, entendeu - no item 6º, nos assentamentos, por conta da ausência do INCRA, são constantes os desmandos na compra, venda e arrendamento das parcelas, ou seja, das pessoas que foram assentadas. Eles arrendavam e arrendam e vendem a parte que receberam. Isto nós constatamos com os Deputados de todos os partidos e também com a presença do Ministério Público.

Outro item, 8º, o Governo do Estado, em suas diversas gestões, com relação às invasões, oscilou o seu comportamento entre a passividade contemplativa, passando pela conivência e o rigor no cumprimento das reintegrações de posse.

E aí vem a parte mais importante, Deputado Elton Welter, talvez aquilo que V. Exa. se referiu, veja o que nós constatamos, isso foi depoimento, está nas notas taquigráficas aqui da Assembléia Legislativa, no item 12 do relatório final que diz que os produtores rurais demonstram insegurança em ter qualquer participação de apoio à reforma agrária. Eles poderiam ser mais ativos ofertando terras para venda ao INCRA ou participando de um amplo programa de arrendamento rural. No item 13, o que eles, os proprietários, demonstram é que tal participação seria possível desde que o Governo Federal, mediante instrumentos legais, lhes assegurassem garantias de domínio e posse de suas propriedades.

A preocupação deriva do passado recente, quando certos proprietários, ao iniciar a negociação com o INCRA, e por conta disso, tiveram suas terras invadidas, ou no caso em que sofreram invasões por parte das terras que estavam arrendadas. E assim prossegue, mas acho que o mais importante, o que colocamos nas conclusões e

recomendações para a Assembléia Legislativa e aí eu peço ao Presidente, Deputado Nelson Justus, a sua atenção e eu ficaria agradecido.

Deputado Nelson Justus, as recomendações para o relatório final, e acho que V. Exa. poderia pedir até a nossa Diretoria Legislativa qual o meio que poderíamos encontrar, porque é preocupante a situação que vivemos! Mais preocupante foi o depoimento do Governador Roberto Requião no dia de ontem! O que nós recomendamos e foi aprovado, Deputado Nelson Justus, recomendação à Assembléia Legislativa de criar uma comissão permanente com vistas a inserir a Assembléia Legislativa no processo de reforma agrária, possibilitando o acompanhamento junto aos órgãos executores dos trabalhos de emancipação dos assentamentos e das ações de regularização fundiária. E assim segue. Então nós aprovamos isso, Deputado Nelson Justus, na legislatura passada, que a Assembléia Legislativa constituísse uma comissão permanente para acompanhar a questão da reforma agrária e a questão fundiária no estado. São duas coisas bem distintas: uma é a reforma agrária que diz respeito a assentar as pessoas, quem dela precisa. E a questão fundiária é a questão da regularização das terras para quem já usa, quem mora na propriedade e não tem o título definitivo ainda. Nós recomendamos isso no relatório final.

Concordo com o Deputado Elton Welter quando diz que a Assembléia podia acompanhar com total isenção, sem paixão, como mediador e não fazer como o Governador do Estado fez! Cria-se essa comissão para acompanhar, uma comissão especial, formada por 5, 6 ou 7 Deputados que tenham interesse na questão, e vamos verificar junto ao INCRA, vamos verificar junto aos movimentos, seja MST, Via Campesina o até a FAEP, para que possamos encontrar uma solução.

A preocupação dos proprietários, como já disse, que têm terra a oferecer, e nós falamos rapidamente agora com o Deputado Elton Welter e o Deputado Miltinho Pupio, e o Deputado Miltinho Pupio fez parte dessa comissão, a preocupação dos proprietários e eles demonstraram isso, porque a partir do momento que o proprietário começa a negociar com o INCRA possibilitando o uso da sua terra para reforma agrária, o que o movimento faz? Ele invade a propriedade e não sai mais de cima, daí o Governo não compra, não desapropria e fica lá na Justiça. E quem vai pagar a conta de tudo isso, não tenho dúvida que os proprietários vão entrar na Justiça, e quem vai pagar a conta é o povo do Paraná!

Concedo o aparte ao Deputado Elton Welter, com muito prazer.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Vivemos um momento muito bom no país. Existe, uma unanimidade desta Casa, de todos os líderes, eu falei aqui que a reforma agrária é um desejo das mais diversas correntes de pensamento político. A diferença agora, Deputado Nelson Justus, é que existe dotação orçamentária para negociar.



Como é questão de conflito, o papel deste Poder é exatamente administrar, V. Exa. tem uma mediação boa com a parte patronal. Tenho uma mediação boa com os camponeses. Vamos achar uma solução para isso, é isso que estou propondo. Tive uma boa conversa com o Superintendente do INCRA, ele já se dispôs a vir aqui na próxima quarta-feira. Vamos achar o método adequado para trabalharmos juntos, para que consigamos no mínimo, ainda nesses 3 anos e 2 meses deste mandato, quem sabe zerar as famílias que estão em acampamentos, que são em torno de 8 mil famílias.

Acredito que não é tão difícil essa missão. É um trabalho que depende da força de V. Exa., da força de cada um dos Pares desta Casa. Tenho convicção absoluta, com vontade política de qualquer parte do ponto de vista ideológico vamos avançar, porque há uma disposição tanto do Governo do Presidente Lula, como do INCRA e desta Casa.

Esse é o desafio que colocamos, com o relatório que você leu, mas precisamos agir. A nossa ação vai acontecer e esperamos a parceria de todas as forças ideológicas desta Casa.

#### O SR. ELIO RUSCH

O tema na verdade para muitos talvez não desperte muita atenção, mas já disse aí desta tribuna, estou preocupado sim. Preocupado com os rumos que esse movimento está tomando. Essa é que é a verdade. Porque se conseguirmos formar uma comissão especial conforme esse relatório, buscar um entendimento, mas temos que buscar, Deputado Romanelli e Deputado Elton Welter. Primeiro passo: existia um decreto presidencial do Governo Federal dizendo que a terra invadida não será objeto de desapropriação para reforma agrária. Esse foi o primeiro ponto que tive que voltar.

Aí, sim, talvez poderíamos até convencer os proprietários para começar a negociar as suas terras com o INCRA, para que essas pudessem ser colocadas à disposição da reforma agrária.

Concedo o aparte do Deputado Romanelli.

#### O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, se for necessário podemos somar o tempo do PMDB para que V. Exa. possa continuar a sua exposição.

Quero dizer a V. Exa., que talvez em alguns pontos concordo com V. Exa. Quero reconhecer que V. Exa., sinceramente, está tomando partido em relação a uma das partes envolvidas nesse tema, por quê? Porque V. Exa., desde segunda-feira, tem procurado na tribuna desta Casa falar a favor de uma situação. Ora, sinceramente, vou repetir aqui: se nós estivéssemos tratando de uma propriedade rural normal e, não de uma área em regime de preservação ambiental, essa realidade que estamos vivendo me parece muito grave. Por quê? Porque o fato concreto é que tivemos uma milícia armada. Essa milícia reagiu, para tentar impedir a ocupação e com isso, efetivamente,

criou um gravíssimo problema do ponto de vista da sociedade paranaense. É claro que as ocupações de terra promovida pelo MST têm obedecido a uma lógica que, nesse país, não foi feita reforma agrária. O MST é um movimento social, ele nasceu fruto de uma reivindicação, das famílias de pequenos produtores, que foram perdendo as suas terras e esses filhos de agricultores não tinham mais terras para cultivar. O que estamos verificando é um drama extremamente complexo e que implica é claro numa situação de intranquilidade. Agora, o nosso Governo tem agido com o respeito que o movimento social merece e que tem que ser tratado. O que não vamos admitir - e o nosso Governo foi constituído legitimamente pelo voto - é admitir que a barbárie tome conta das relações que deve haver entre movimento social e as suas reivindicações. Por isso que milícia armada, patrocinada por fazendeiros para defender interesses de uma multinacional, sinceramente é inaceitável.

E só para concluir, quero dizer a V. Exa. que no início do seu pronunciamento o senhor falou da Cooperativa Aurora. V. Exa. leia a matéria por inteiro, porque a Cooperativa Aurora só tem uma cooperativa no Paraná, sendo 11 no Mato Grosso do Sul, mas de uma dezena no estado de Santa Catarina e os investimentos são definidos pelos Conselhos das Cooperativas, onde eles serão feitos. Só não vê quem não quer o volume de investimentos que está acontecendo no estado do Paraná! Basta ver os dados! Até os piores adversários do estado do Paraná reconhecem o ciclo virtuoso que a nossa economia está experimentando, o crescimento extraordinário e, neste mês de outubro, vamos estar batendo o recorde de 500 mil carteiras assinadas, de janeiro de 2003 até este momento. Dá muito orgulho dizer 500 mil novos empregos com carteira assinada, o que inclusive vai contra aquela corrente neoliberal que dizia que se deveria fazer uma reforma trabalhista ou então ninguém mais teria emprego formal. Está aí, estamos atingindo 500 mil.

Então, Deputado Elio Rusch, sinceramente penso que esse debate tem que ser aprofundado e o nosso Governo tem política séria e tem respeito ao movimento social, mas, o que não vamos admitir é a baderna, são os jagunços fazendo com que o oeste do Paraná revira aquilo que viveu na sua colonização, quando a colonizadora Paraná tinha jagunços que expulsavam as pessoas das suas terras. É isso que não dá para admitir!

Muito obrigado pelo aparte e V. Exa. ainda tem o restante do tempo do nosso partido, o PMDB, para poder proferir o seu pronunciamento.

Agradeço pelo aparte!

#### O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Romanelli!

Deputado Romanelli, pena que V. Exa. não estava prestando atenção no tema que estávamos tratando. V. Exa. pediu um aparte e desviou totalmente o foco que era a conversa principal. O Deputado Elton Welter levantou uma questão de formar uma comissão para intermediar a

questão da reforma agrária e até pedi ao Presidente Nelson Justus que fossemos cumprir aquilo que estava escrito no Relatório Final da CPI da Reforma Agrária.

Não estávamos falando em Syngenta, não estávamos falando em milícia armada, mas estávamos falando de uma solução para o conflito agrário estabelecido no estado do Paraná. V. Exa. pediu um aparte e se referiu ao primeiro assunto que tratei hoje no Pequeno Expediente. Então, pena que V. Exa. não tenha prestado atenção no assunto de relevância que estávamos discutindo com o Deputado Elton Welter. V. Exa. estava por fora! E V. Exa. diz que eu tomei partido! Deputado, faço chegar ao seu gabinete este relatório e eu disse que este relatório foi aprovado por unanimidade, inclusive pelos Deputados do PT, a Deputada Luciana Rafagnin e o Deputado Tadeu Veneri. É sobre isso que estávamos falando!

Agora, não posso conceber que V. Exa. venha dizer que a Cooperativa Aurora não se estabeleceu no Paraná. Claro que ela vai ampliar! A Cooperativa Aurora vai construir 2 frigoríficos, o que são 400 milhões de investimento em cada frigorífico, sendo que um era para ser no sudoeste, que não estava definido e estava em negociação. Está aqui a Deputada Luciana Rafagnin que é do sudoeste, o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Augustinho Zucchi que são do sudoeste e sabem do que estou falando! Deputado Romanelli, a Cooperativa Aurora não vai se estabelecer no Paraná porque ela anunciou e está escrito na imprensa e acho que V. Exa. que não leu. Vai se estabelecer no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

O Paraná não vai receber o Frigorífico Aurora. Ele vai para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Quais os motivos? Jamais uma empresa que não vai se estabelecer num estado vai dizer que é pela política que o Governo adota. Ora, se o Governo adota uma política administrativa no porto de Paranaguá e todos estão indo embora - não sou eu que falo - é olhar quem foi embora do porto de Paranaguá! Os investimentos que acontecem nos portos, acontecem onde? Em Paranaguá ou em Itajaí? Ou em São Francisco? Onde vai ter um novo porto? Porto de Navegantes, um porto privado. Já foi inaugurado. O novo porto em Itapoá.

Por que acontece isso? Por um acaso? Ou por visão administrativa dos seus governantes? Não podemos ignorar isso, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Foi V. Exa. quem disse que eu estava por fora. Mas é V. Exa., como Líder do Governo, que está por fora.

Está na imprensa, hoje, anunciado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

V. Exa. tem que ler as matérias e não ficar comendo pelas mãos dos outros. Não leu nada, só ouviu.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Eu leio. Vamos ver o que vai acontecer. Vou trazer outros números das empresas que saíram do Paraná.

Vou trazer e mostrar.

Vamos começar a pedir o que foi decidido nesta Casa. Se V. Exa. quer confronto, vamos, estou disposto. Está aberta a batalha.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Luisiana, os Vereadores Noédio Oliveira, Gaspar da Silva, Gerônimo de Freitas.

Muito obrigado!

**O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)**

Também gostaria de registrar a presença do Vereador de Terra Rocha, o Sr. Luiz Fernando Gomes, conhecido como Luiz da Venda.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sejam bem-vindos nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava preparado hoje para fazer um pronunciamento que considero preocupante, que é sobre a questão da ParanaPrevidência. Mas não tem como! Não tem como fugir do assunto do momento.

Primeiro, para fazer a defesa de um colega ausente, o Deputado Ademar Traiano. Porque ele trouxe aqui a história dos pen drives, sobre a questão Botto, sobre as negociações. E o Sr. Botto de Lacerda foi ofensivo ao Deputado Ademar Traiano. Certamente o Deputado Ademar Traiano, na segunda-feira, saberá dar a resposta.

Causa espanto, porque está em minhas mãos a carta encaminhada pelo Sr. Botto de Lacerda ao Governador Roberto Requião. Imaginem se o Botto de Lacerda, que conhece o Governo, diz o que diz nesta carta, imaginem nós da Oposição que queremos fazer uma CPI. Não há mais como Parlamentares desta Casa fugir de assinar o requerimento da CPI da Corrupção. Quero deixar claro!

Quero lembrar alguns momentos, antes de fazer a leitura de alguns pontos que acho importante da carta do Dr. Botto de Lacerda. Também quero lembrar que o Dr. Botto de Lacerda foi Procurador Geral do Estado, considerado o primeiro Ministro deste Governo. Ele foi, também, Presidente do Conselho da SANEPAR. Deputado Douglas, V. Exa. lembra quem estava sentado ao lado do Deputado Nelson Justus? Era o Dr. Botto de Lacerda. Fazendo o quê? Fazendo a defesa dos aditivos absurdos da SANEPAR. Aí, o Dr. Botto de Lacerda saiu do Governo, logo depois voltou premiado no Conselho da

COPEL, como Presidente do Conselho da ELEJOR e fazendo parte do Conselho da ParanaPrevidência.

Ontem surgiu a história do pen drive. Dr. Botto de Lacerda alega na carta ao Governador que foi moralmente correto - eu fico em dúvida. Antes de ler a carta, Deputado Romanelli, quero dizer que V. Exa. me causou espanto no dia em que o Deputado Traiano subiu nesta tribuna. O Deputado Traiano denunciou a questão das gravações das negociações do ex-Procurador Geral, do ex-Presidente do Conselho da COPEL, intermediando as negociações com o grupo francês para a COPEL comprar as ações da SANEPAR. Se há uma coisa que admiro em V. Exa. é a sua combatividade. V. Exa. sempre defendendo este Governo com garra, com determinação. O Deputado Traiano fez um belo pronunciamento e V. Exa. não disse nada. Parabéns! Parece que estava prevendo o que ia acontecer. Quero cumprimentá-lo pela prudência. V. Exa. teria, naquele momento, cometido um erro drástico que, às vezes, eu, como seu amigo, tenho dito: não erre como o Deputado Rossoni errou, muitas vezes, como Líder do Governo!

Agora, Deputado Reni, eu espero o posicionamento da Bancada Independente. Imaginem, o próprio Governador afirma que seu Governo está cheio de corruptos e de ladrões, dito pelo ex-Procurador Geral do Estado. Então, quer dizer, quando este Parlamentar, os Deputados que já subscreveram, propuseram a CPI, não estávamos brincando, porque quem veio fazer a defesa daquele absurdo da SANEPAR, PAVIBRAS? Foi o Botto de Lacerda, sentado ali naquela Mesa. A coisa mais difícil que existe é você ter 5 minutos e ter mil questionamentos. Você quer sintetizar isso e não consegue. Então, por isso, hoje, sou contra convocação. Acho muito melhor o que fizemos com a questão do IBQP, ontem, lá na CCJ. Uma bela reunião na Comissão de Fiscalização nos deu a oportunidade de fazer o pingue-pongue que, aqui no plenário, regimentalmente, não é possível.

Meus amigos Parlamentares, acredito, sinceramente, no que o Botto escreveu nesta carta e nada melhor do que ele para conhecer este Governo. O meu gabinete transformou-se numa central de denúncias porque é uma loucura. Hoje ficaram pessoas no meu gabinete 3 horas aguardando, porque haviam outras trazendo denúncias. Então, vejam o primor da carta do Dr. Sérgio Botto. "Curitiba, 29 de outubro de 2007. Governador Roberto Requião, talvez nem devesse estar lhe escrevendo, mas arrisco fazê-lo diante daquilo que são valores caros para mim. Desde ontem assisti mais uma vez a tentativa do meu fuzilamento alegórico. São sempre os mesmos que estão a fazer isso há algum tempo, procurando ávida e loucamente encontrar algo capaz de denegrir a minha imagem.

Hoje pude viver uma vez mais o supra-sumo do que é o Governo Requião. Os puxa-sacos ignorantes que o cercam o afundam cada vez mais. Vejam a gravidade disso, o ex-Procurador do estado dizendo que os puxa-sacos do seu Governo, que muitas vezes classifiquei,

aqui, como "ratazanas", dizem que o afundam cada vez mais". Não sou eu que estou falando, é o ex-Procurador. Acho que é um prêmio a pessoa ser Presidente do Conselho da SANEPAR, da COPEL, receber um alto salário, ir 2, 3 vezes por mês em uma reunião.

Ele continua dizendo que era um homem forte do Governo e, agora, está abandonado. Ouso-me, mas nunca ousei de ser leal e firme como diz ser. Ele diz que o Governador não está sendo leal com ele, em outras relações com os seus subalternos, que deles dependem. Em outra parte é de pasmar: "Em um Governo em que o próprio Governador diz só haver ladrões". Li em um desses pasquins, ontem, alguém receber oferta de comissão, responder por escrito e ainda recusar a comissão. O cara deve ser louco mesmo!

Não tenho dúvida que na segunda-feira teremos as 18 assinaturas.

Em outra altura: "Não admitirei nem mesmo que, hoje, o Governador de ontem e o futuro Roberto Requião façam isso, nem mesmo pelo obsequioso e amedrontado silêncio". O que ele diz aqui, no meu entendimento, salvo eu esteja equivocado, que o Governador está amedrontado e silencioso. Nesta carta ele confessa que o Governo - não vamos mais nem usar essa palavra ladrões, porque é muito pesado. Nós, aqui da Oposição, recebendo diariamente, não suportamos mais. Os Deputados que me acompanham - o Deputado Elio Rusch - não temos mais tempo para atender. Parece uma central de primeiros socorros. Está uma loucura! Nessas considerações do Dr. Botto de Lacerda dizendo que o Governador está amedrontado, eu queria dizer ao Deputado Romanelli: Deputado Romanelli, diga ao Governador Requião que não cometa erros que outros Governos cometeram. Demita as "ratazanas", demita os ladrões, limpe o seu Governo, faça uma faxina, porque antes tarde do que nunca. E V. EXa. vai contar, aqui, com os Deputados de Oposição, nas medidas que forem necessárias.

Mas, sanear neste momento é importante. Este é o momento decisivo. Até agora eram os Deputados de Oposição que levantavam aqui a corrupção dentro do Governo. Agora não é mais, agora é o Governo denunciando o próprio Governo. Só falta amanhã o Governador Requião mandar uma carta ao Botto de Lacerda dizendo que é verdade, que está amedrontado e que não sabe o que fazer. Que está paralisado.

Srs. Deputados, é gravíssima a nossa situação! Hoje, Deputado Elio Rusch, falaria aqui sobre a ParanaPrevidência - e não é menos grave do que isso - esse Dr. Botto de Lacerda fazia parte do Conselho. Aonde ele passou, ficou a suspeita. Vamos aceitar as explicações da SANEPAR, dos aditivos? Se ele próprio confessa, admite, se o Governador admite, nós não vamos admitir? Nós seremos cobrados pela história política do Paraná. Se não escrevermos esta página na história política de ação, de atitude, de apoio, de mudança, de transformação, de missão de tirar as ratazanas que estão aí, não tenham dúvidas, seremos cobrados pela história.

V. Exa., Deputado, que é um jovem Parlamentar, que desponta no cenário político do Paraná, não tenha dúvida, nós vamos andar na rua sendo cobrados. Já vivi esse momento do outro lado. Por esta razão, falo com toda naturalidade. Acho que tenho um pouquinho de experiência porque vivi Governo e vivo Oposição. Quero dizer aqui: este campeonato, Deputado Romanelli, vamos parar de disputar, vamos contribuir com o Paraná. Se o Governador Jaime Lerner, em um determinado momento do seu Governo, tivesse tomado medidas e não estivesse amedrontado como está o seu Governador, tivesse ouvido este Líder que foi ao Palácio Iguaçu e disse: V. Exa. quer contar com o meu apoio, com a minha ajuda, com a minha colaboração? Apresento uma lista de corruptos do seu Governo. Fiz isso, Deputado Romanelli. Faça isso pelo bem do Paraná. Se precisar da Oposição, conte conosco, mas vamos deixar nosso estado nesta situação.

Só para encerrar e concluir o meu pronunciamento: este Governo, além da corrupção, vai deixar uma herança maldita. Segunda-feira quero falar sobre a ParanaPrevidência. Não de se levantar neste estado todos os servidores públicos ativos e inativos, porque o seu futuro está sendo comprometido pela má gestão do dinheiro público, pela falta de responsabilidade.

Com aparte, Deputado Douglas.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Rossoni, V. Exa. traz nesta tarde um assunto que já vem sendo discutido, que é a CPI da Corrupção. Já existem algumas assinaturas. Com essa informação reforça ainda mais. Tenho a certeza de que os próprios Deputados da base Governista irão assinar, porque irão junto conosco ajudar o Governo Requião, ajudar a pessoa do Governador, que tenho certeza que ele não gostaria que o Governo estivesse desta forma. E se ele está talvez encurralado, preocupado, deveria, sim, apoiar a CPI da Corrupção que irá ajudá-lo, assim como os Deputados da Base do Governo apoiaram a CEI das ONGs. Agora, apoiando a CPI da Corrupção, poderão vir à tona todos esses desmandos, tudo o que estamos ouvindo já pela imprensa, pelos Deputados, que vai ajudar o Paraná e, conseqüentemente, ajudar a pessoa do Governador essa CPI da corrupção.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

V. Exa., Deputado Douglas, jovem combativo, começando bem uma carreira política, deve ter percebido que até na leitura tive dificuldades, porque algumas partes da carta eu me recuso a fazer a leitura. Há que se ter um pouquinho de cuidado com o Governador do Estado. Olha, acho que tenho até esta marca, se boa, se ruim, sou Oposição ao Governo Requião, faço Oposição com determinação, diuturnamente, radicalizando minhas posições - até compreendo, às vezes, a preocupação de Parlamentares com o meu posicionamento - mas para eu ter cuidado

com a leitura desta carta, porque é de uma gravidade sem precedentes na história do Paraná, sem precedentes.

Por esta razão, Deputado Nelson Justus, apelo a V. Exa., apelo aos Srs. Parlamentares, vamos dar a nossa contribuição. Não quero cargo no Governo, não quero nada do Governo.

Agora, Deputado Romanelli, V. Exa. há de reconhecer um dia de que muitos dos questionamentos que V. Exa. transformou em factóides, pelo seu poder de Líder do Governo, e justamente com a minha pessoa. V. Exa., com o decorrer do tempo, V. Exa. vai admitir e vai me encontrar nos corredores deste Poder - eu não estarei mais aqui, porque não sou mais candidato a Deputado Estadual, mas estarei ou na minha vida privada ou estarei cuidando de algo neste país - tenho certeza que V. Exa. vai me encontrar e dizer: Rossoni, me desculpe, quantas vezes disse que V. Exa. estava criando factóides - não há factóides - são números exatos que farão parte da história, da página negra deste estado."

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito no horário do PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

### ***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

#### **O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É realmente preocupante o que vemos acontecendo no Governo do Estado do Paraná. A impressão que se tem é de que o seu trabalho, Deputado Valdir Rossoni, como Líder da Oposição, e por sinal um brilhante Líder, dedicado, corajoso, estudioso, mas é um trabalho que começa a ser poupado, porque o Governo do Paraná está se autodestruindo. Diariamente surgem denúncias, de corrupção, e o incrível de tudo isto é que as denúncias são feitas por membros do próprio Governo - um membro do Governo denunciando outro - um Secretário denunciando outro - nunca vi tamanha autofagia. Isto me faz lembrar as palavras do falecido Deputado Anibal Khury, que presidiu esta Casa e foi um dos políticos mais poderosos do Paraná: "Em casa que não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão", e parece que é isto que está acontecendo no Governo Requião.

E quero deixar claro, Sr. Presidente, que nada tenho contra a pessoa do Sr. Governador. Muito pelo contrário, como paranaense, como cidadão, nascido neste estado, torço para que o Governo se repercute, torço para que o Governo comece a desenvolver um bom trabalho, comece a colocar em prática programas sociais que foram prometidos ao longo da campanha eleitoral, mas infelizmente não é isso que estamos vendo! Há uma autodestruição dentro do Governo e não sei se o Governador desistiu de governar, não sei porquê lavou as mãos, mas

não vejo uma atitude enérgica do Governo Requião para colocar cada macaco no seu galho e fazer com que todos trabalhem unidos pelo Paraná, ao invés de estarem fazendo uma verdadeira guerra pública que está desmoralizando o atual Governo.

Aliás, creio, Deputado Duílio Genari, que temos que começar a pensar neste país, francamente, sobre o fim da reeleição. Talvez alongar os mandatos para 5 anos e acabar com a reeleição para Poder Executivo, porque a grande maioria dos Governadores que tiveram segundo mandato, dos Prefeitos que tiveram segundo mandato e até do Presidente da República, não tiveram um segundo mandato compatível com a qualidade do primeiro mandato. Não acho que o primeiro Governo do Requião, o primeiro desta série, tenha sido ruim, mas a meu ver, este primeiro ano de segundo Governo, da segunda série do Requião, está sendo um desastre, um verdadeiro desastre. Lamento, creio que ainda está em tempo de o Governador corrigir este problema, mas para isso é preciso que haja uma postura energética para que sejam enquadrados os corruptos, para que sejam enquadrados aqueles que desmoralizam o Governo desviando dinheiro do contribuinte paranaense! O Governador tem que bater na mesa, chamar esses secretários, bater na mesa e determinar que parem de pensar o dia inteiro em maldades, que parem de pensar o dia inteiro em destruir um ao outro e que comecem a trabalhar por este Paraná, porque eu vejo muita intriga no Governo do Estado e pouco trabalho pela população do nosso estado!

Tanto é que ontem o Promotor da cidade de Ponta Grossa, Dr. Fuad Faraj, enviou um ofício à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa pedindo para vir pessoalmente à Comissão de Saúde apresentar uma denúncia. Ele quer falar sobre o número de mortes ocorridas nos últimos anos no sistema de urgência e emergência gerenciado pelo Governo do Estado e pela Secretaria da Saúde na região de Ponta Grossa. Segundo o Promotor Faraj, o levantamento dá conta de que apenas no Pronto-Socorro Municipal de Ponta Grossa, que recebe unicamente internações de usuários do SUS na região dos campos gerais, entre agosto de 2003 e setembro deste ano, a Promotoria contou com 432 óbitos de pessoas que precisaram de internações de emergência naquela unidade. Segundo o Promotor, não são dados que eu estou trazendo aqui: “Só por falta de leitos de UTI, foram 234 mortes.”

Eu, com a postura transparente, democrática que venho conduzindo desde o início do ano essa Comissão de Saúde, irei ouvir o Promotor. Estará aqui na próxima quarta-feira, às 10 h da manhã, o Promotor Fuad Faraj para trazer o resultado desta auditoria. Quem solicitou audiência na Comissão de Saúde foi o próprio Promotor e, democraticamente, iremos ouvi-lo. Mas, quero dizer às lideranças do Partido do Governo, que também estará disponível o horário para o Sr. Secretário da Saúde, o Dr. Gilberto, atual Secretário da Saúde do Paraná, se desejar poderá vir aqui na quarta-feira e utilizar do mesmo tempo que o Promotor irá utilizar para responder às denúncias,

às críticas que serão feitas pelo Sr. Fuad Faraj, que afirma ter documentos comprovando as alegações que faz. Queremos receber esses documentos em mãos para ver até que ponto vai a gravidade da situação.

Tomara que o Governo acorde para esse problema, tomara que possamos ver do Governo do Paraná, a gestão da saúde, sendo gestão competente como eu, o Deputado Marcelo Rangel, o Deputado Strapasson, o Deputado Felipe Lucas, a Deputada Rosane e o Deputado Stephanes Júnior vimos hoje pela manhã lá no Hospital Erasto, o Hospital do Câncer em Curitiba, um exemplo de gestão o Hospital Erasto Gaertner. Enquanto muitos hospitais estão completamente endividados, o Hospital Erasto é um dos poucos que está saudável financeiramente, mas mesmo assim precisa de ajuda, porque a quantidade de atendimentos é imensa, porque o SUS continua remunerando muito mal os hospitais deste país.

Tomara que a saúde, receba ajuda, um dia, aqui no Paraná. Espero que isto seja breve, que seja ainda no atual Governo, e se isso ocorrer eu serei o primeiro a vir aqui parabenizar o Governador Requião, a agradecer o Governador. Tomara que isto aconteça. Não torço contra o Governo Requião, a minha vida pública comecei fazendo campanha para o Governador Requião, tinha 13 anos de idade quando discursiei pela primeira vez em praça pública pedindo votos para Requião na eleição para Prefeito de Curitiba, que ele disputou contra o Jaime Lerner. A história da minha vida é uma história em que acompanhei sempre a liderança do ex-Governador José Richa e naquela época o José Richa licenciou-se do Governo do Estado para ajudar a eleger o Requião. Não torço contra o Requião, mas torço para que o Governo corrija estes absurdos que estão acontecendo, enquanto é tempo.

Agradeço pela intervenção e agradeço aos nobres colegas pela boa vontade e pela atenção de todos.

Obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (*Pela Ordem*)

Quero cumprimentar o Deputado Ney Leprevost e a Comissão de Saúde por trazer o Promotor na Comissão. Requeri ontem nesta Casa essa auditoria. Acho importante que ele venha a esta Casa. Parabéns a V. Exa. por trazer o Promotor e que ele traga os documentos daquilo que ele já anunciou na imprensa.

#### O SR. PRESIDENTE (*Nelson Justus*)

No horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Luizão.

### *Liderança do PT: Deputado do Professor Luizão*

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço um pronunciamento para manifestar a minha satisfação de saber que ontem o Conselho Superior da

Universidade Federal aprovou, por ampla maioria, a adesão da Universidade ao REUNI - Programa de Reestruturação das Universidades Federais. Dos 52 membros do Conselho, 26 votaram a favor e 17 votaram contra. A Universidade Federal faz parte das 35 universidades brasileiras que já aderiram ao programa, no total de 54 universidades federais que temos no Brasil. Não tenho dúvida que foi uma decisão sensata, apesar da gritaria de uma minoria de estudantes, filhinhos de papai, que ocuparam o prédio da Reitoria dizendo que a universidade vai ampliar o número de vagas e isso baixaria a qualidade do ensino superior no Paraná.

Na verdade, participei de uma reunião aberta do Conselho Superior e pude constatar que o programa só vem a beneficiar a universidade e ampliar o número de vagas, favorecendo inúmeros alunos do ensino médio do Paraná, que terão mais oportunidade para ingressar no ensino superior gratuito e de qualidade que é oferecido pela nossa Universidade Federal do Paraná.

Com essa adesão, a Universidade Federal do Paraná, durante 2008 e 2012, vai abrir 21 novos cursos de graduação. Isso significa aproximadamente 1.500 novos alunos que terão a possibilidade de estudar na Universidade Federal do Paraná: 24 cursos de pós-graduação; 11 de doutorado; 13 de mestrado.

Ela vai ampliar esses cursos e esses números de vagas com um investimento do Governo Federal, de aproximadamente de 250 milhões, até 2012. Isso para bolsa de estudo, contratação de 235 novos professores, quase 400 técnicos administrativos e mais equipamentos, investimentos na infra-estrutura, na edificação, enfim, a universidade vai mudar para melhor.

É um programa oferecido pelo Governo Federal. A universidade adere ao programa se quiser, mas se quiser aderir, terá mais investimentos, recursos para poder reestruturar e ampliar a sua capacidade de atendimento. Claro que esse programa também prevê um programa de metas. É óbvio que o Governo Federal, nesta nova política, vai oferecer mais recursos para as universidades, mas ele vai cobrar, em contrapartida, um cumprimento de metas, ele vai cobrar um maior número de vagas, um maior número de alunos por professor, porque hoje a média de alunos na Universidade Federal do Paraná é de 14 alunos por professor. Então, a exigência do Governo Federal e do Ministério da Educação é que esse número chegue a pelo menos 18 alunos, em média, por professor. O que não é nenhum absurdo. Já lecionei para 45 alunos em sala de aula, sei que é impraticável com 40, 50 alunos, mas uma média de 20, 25, até 30 alunos por sala de aula é normal.

O MEC está cobrando apenas 18 alunos, em média, por professor. Claro que o MEC vai cobrar produtividade e aperfeiçoamento da Universidade Estadual do Paraná. Nada mais justo para uma universidade que é financiada, que é bancada com o dinheiro do contribuinte.

Foi uma decisão a favor do Paraná a adesão da Universidade Federal ao REUNI, programa do Governo

Federal. As vagas que serão abertas, por exemplo: em 2007, 4.219 vagas; 1.038 vagas noturnas, 66 curso de graduação e 69 de pós-graduação. Em 2012, 5.582 vagas; 1.929 vagas noturnas, 87 curso de graduação e 84 pós-graduação.

Os novos cursos que serão abertos na Universidade Federal do Paraná, em 2008, como o vestibular já foi anunciado, serão apenas 2 cursos: Artes Visuais e Ciências Biológicas. Em 2009, já teremos novos cursos: Ciências Contábeis, Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial Madeireira, Engenharia Mecânica, História e Química. Em 2010, teremos mais um curso: de Biomedicina, ciência biológica voltada para a gestão ambiental, em Palotina. Em 2011, cursos de: Agronomia e Terapia Ocupacional. Em 2012, teremos mais cursos ainda: um de Administração Empresarial, Aquicultura, Biocombustíveis, no *campus* de Palotina e um de Biotecnologia, também em Palotina. Um curso que é novo é de luteria. É um curso que ensina a fabricação e consertos de instrumentos musicais. Só existe um curso desses no Brasil, que é em Ouro Preto, Minas Gerais. O Paraná vai ter um curso para aprender a manusear instrumentos musicais. Negócios Imobiliários, Gestão Pública e Secretariado. Esses são novos cursos para os alunos do nosso estado do Paraná, que infelizmente, uma minoria estava lutando contra, contra o aperfeiçoamento, a expansão e a reestruturação da Universidade Federal do Paraná.

Infelizmente, temos essas pessoas que quando se propõe algo de novo, um aperfeiçoamento, uma melhoria, tem algumas pessoas que procuram se agarrar no presente, no passado, principalmente aqueles alunos que já conseguiram a sua vaga na Universidade Federal do Paraná e agora lutam contra a ampliação para novos jovens poderem ingressar na Universidade Federal do Paraná.

Não tenho dúvida que a Universidade vai ser melhor, vai ter mais alunos estudando na Universidade Federal do Paraná e ela vai ter mais qualidade.

Parabéns aos professores da Universidade Federal que aprovaram, enfim, o Conselho Superior da Universidade, que é composto por professores, funcionários e pelos alunos representando todas as pessoas que fazem parte da Universidade.

Era isso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Os documentos que eu esperava chegaram. Mas em respeito ao dia das bruxas e às palavras aqui do Líder da Oposição, deixaremos para a semana que vem nos pronunciarmos sobre esses documentos.

Quero aqui responder ao Deputado Valdir Rossoni e dizer que, em nome do bloco, que o que nos uniu foi a postura de cumprirmos com aquilo que nós fizemos um juramento aqui, e com os nossos deveres para com a população do Paraná e, acima de tudo, para com o cargo de Deputado. Dizer que não só ele, mas a própria Liderança do Governo pode contar, sim, com o bloco, sempre que for necessário, e que possamos cumprir plenamente o nosso mandato de Deputado.

Em relação a essa cartinha, Sr. Presidente, já quero adiantar aqui a postura do bloco. Antes de o Deputado jurisconsulto Romanelli ser Líder do Governo, ele é Deputado. Antes do Deputado Ademar Traiano, não sei mais que adjetivos colocar aqui, também ele é Deputado, e esta Casa tem dever de zelar pela postura de qualquer um dos 54 Deputados. Portanto, essa pessoa tem o dever de vir a esta Casa e se explicar em relação às acusações que faz em relação aos Deputados.

Em relação às denúncias do Governo, também nós temos por dever - e quero aqui render as minhas homenagens ao Deputado Nereu Moura, que hoje foi muito firme na Comissão de Finanças e dizer que é amigo do Requião e como Deputado ele tem que zelar pelo seu papel de Parlamentar, principalmente na Comissão de Finanças.

Só para exemplificar o motivo dessa postura do Deputado Nereu Moura, nós tivemos, a pedido do Deputado Douglas Fabrício na CCJ, uma resposta do Governo do Estado, assinado pela Sra. Regina Gubert, que cumprindo o que diz a lei em relação ao impacto financeiro da mensagem que acresce em 200 policiais militares à Patrulha Escolar Comunitária, ela diz aqui que o valor do impacto financeiro com o aumento em 200 policiais é de R\$ 72 mil, sendo que o salário base de cada soldado é 1 mil, 500 e lá vai pedrinha. Portanto, só em relação aos 117 soldados, daria mais de R\$ 180 mil.

Portanto, Sr. Presidente, quem quer respeito tem que se fazer respeitar. E essa postura do Deputado Nereu Moura espero que seja seguida pelo Líder do Governo e pelos Deputados governistas, porque temos um compromisso, é nosso dever fazer isso e infelizmente o desrespeito de alguns subalternos da administração tem escrachado com o nosso dever de Deputado. Na própria mensagem dizia que o impacto em relação só aos soldados era de R\$ 180 mil e ela vem responder aqui ao questionamento do Deputado Douglas Fabrício, dizendo que era de R\$ 72 mil e também não presta informações em relação aos dois anos subsequentes que a lei determina que tem que vir. Ou então, Sr. Presidente, temos que às vezes ver uma pessoa, por quem tenho respeito, tomar iniciativas como esta carta e puxar a orelha deste Poder. Não admito e sei que V. Exa. conduz muito bem esta Casa e não será preciso ninguém fora daqui, nem imprensa e nem membros do Poder Executivo, dizer o que cada um dos Deputados têm que fazer.

Em relação à informação que pedi do DETRAN, aliás, quero aqui agradecer a postura magistral do Presidente da Comissão de Finanças, porque desconfiei, como

desconfiei que estava errado lá atrás aquela prestação de contas e alertei: existe o risco de a Secretaria bloquear os repasses. Ninguém acreditou, e qual foi a reação do Executivo? Desdenhar das minhas informações, que depois se concretizaram, eles vieram a esta Casa, concordaram com o erro e o que estamos vendo agora? O bloqueio dos repasses.

Então, Sr. Deputado Romanelli, é bom que o Governo ouça mais, ouça aqueles que são seus amigos, como o Deputado Nereu Moura falou, porque amigo não é aquele que acoberta, mas é aquele que alerta, e nós do bloco queremos alertar e queremos contribuir. Em relação a essa informação do DETRAN, percebi que havia alguma coisa equivocada na primeira mensagem: existe algo errado; tem dinheiro demais no DETRAN, porque é um remanejamento atrás do outro e tem fumaça aqui. Pelo o que observei, tem fumaça e até semana que vem vamos ver se tem fogo também, porque não vou fazer uma acusação leviana. Mas, é muito dinheiro que o DETRAN está repassando para o DER, e esse dinheiro, 90% do DETRAN é arrecadado através de taxa, o que seria uma arrecadação indireta, o que é vedado e é muito dinheiro, porque estamos falando aqui de mais de R\$ 70 milhões.

Portanto, Deputado Valdir Rossoni, pode contar conosco em tudo aquilo que é nosso papel, porque é nosso dever e é um direito da população do Paraná saber se em relação a este ou ao Governo anterior teve irregularidades, porque o dinheiro não é do Requião e não é nosso e nós temos um dever.

Faço um apelo ao Líder do Governo: não cerceie a atividade dos Parlamentares, mesmo aqueles que dão sustentação ao Governo, porque a sustentação ao Governo muitas vezes é alertada de algumas irregularidades que podem, lá na frente, desembocar em um grande problema, inclusive jurídico.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, pelo PMDB fará uso da palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna e espero ser ouvido pelo menos por meia dúzia de Deputados!

Estava, com muita atenção, assistindo à reunião e passou aí pela Oposição um frisson por causa de uma carta tornada pública pelo ex-Procurador do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Bom, aqui na Bancada do PMDB, não houve nenhum impacto com a publicidade dessa carta. Somos pessoas acostumadas ao embate, acostumadas às guerras que se travam dentro do partido ou fora dele.

Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, é só darmos uma olhada na história que vamos ver aquilo que acontece por aí fora. Temos que travar batalhas todos os dias! Lembro-me que o Lênin fez a Revolução Socialista da União Soviética, e quando ele veio a falecer, uma grande batalha se travou dentro do Movimento Revolucionário. O Stalin de um lado e Trotsky do outro lado.

Vi na guerra de libertação da Argélia, por exemplo, a briga que tivemos dentro do movimento guerrilheiro, quando os patriotas da Argélia, os libertadores da África estavam lutando contra o império francês. As tropas de ocupação apareceram depois da vitória do movimento guerrilheiro. Haviam os combatentes que estavam lá no campo da luta, dentro da Argélia durante anos. Aquela batalha foi travada.

Depois, aqueles que ficaram na Tunísia e no Marrocos sem combater, foram aqueles que golpearam o Comandante Benguella. Essas lutas que vocês estão impressionados, pelo menos aparentemente, de maneira exógena para municiar o campo da Oposição, essas coisas são comuns. O que aconteceu no Governo José Richa? Vivi todos esses momentos. E, muitas vezes, pessoas descontentes acusavam outros membros do Governo, o que levou a divisão do Governo. De uma lado tínhamos o José Richa, que acabou se contrapondo até de maneira defensiva, àqueles que defendiam o Álvaro Dias. E houve o fracionamento de um Governo. No começo era monobloco. Agora, não me impressiona com isso que está acontecendo.

Perdoe-me meu amigo e companheiro que tanto respeito, pela sua conduta pessoal, pela sua competência profissional e intelectual, Dr. Sérgio Botto de Lacerda. Mas, falar de omissão em relação ao Roberto Requião, é aquilo que sempre digo me referindo ao teatrólogo Pirandello: “Assim é se lhe parece.”

Cada um tem uma visão diferente do mesmo fato. Pergunto: que omissão tem esse homem que enfrenta, por exemplo, a Rede Globo? Que enfrenta Presidente da República? Que enfrenta aqueles donos do capital internacional, fincados aqui no Brasil, em busca de lucros? Quem é que tem a coragem cívica de levantar os problemas que são levantados pelo Governador Requião?

Outro dia, eu mesmo, chegando em determinado lugar, com a minha maneira irônica de falar as coisas, o que eu disse? Escuta, mas aqui ninguém trabalha? E, me referindo ao futebol, alguém falando, eu que tenho o meu time, falei: nesse time ninguém presta! Mas é uma força de expressão, e essa força de expressão que muitas vezes o Governador usa, é gravado e exigido de todos aqueles que combatem que façam a multiplicação daquilo em todo estado do Paraná. São frases soltas, muitas vezes, com ironia, com brincadeira, demolidoras sim, mas que são usadas no sentido inverso.

Todos sabem que o Requião, muitas vezes, dentro de uma Secretaria, ele coloca aquilo que o Jânio Quadros falava: “Os antípodas”. Sabe por quê? Porque um fisca-

liza o outro e aquilo que se torna público, muitas vezes, é em função do conflito que se fere, que se trava, que acontece no âmago, nos intestinos, nós poderíamos dizer, do próprio Governo. Ele estimula, sim, para que um seja fiscal do outro. Na sua vontade, ele não quer ver corrupção em lugar nenhum. É por isso que ele age dessa maneira.

Eu estava falando de Stalin, de Trotsky, de Lênin, mas essas batalhas que estou falando aconteceram em todos os cantos. Os movimentos revolucionários acabam, muitas vezes, se dividindo, porque se trava dentro do próprio movimento revolucionário ou modernista de grupos, a divisão e a luta pelo poder. O que é que o PT está vivendo ou viveu de maneira mais aguda nos últimos tempos? Não foi uma luta interna pelo exercício do poder?

Então, essa manifestação do Botto de Lacerda é legítima da parte dele. Ele mostra todo seu descontentamento em relação a outros membros do Governo.

Eu mesmo, ontem, falando como peemedebista histórico, como alguém que fundou o MDB e o PMDB, como alguém que foi à luta sempre para fazer prevalecer as minhas idéias, a minha ideologia - é meu dever dizer isso - eu estava falando ali quando o ex-Presidente da República José Sarney como alguém importante do PMDB. Mas que PMDB, Sr. Presidente? Que PMDB? Esse PMDB que não tem ligação com o povo? O que eu falei dessa figura? Não sei se fico enrubescido ou enojado, porque ele não tem apego nenhum às linhas programáticas do PMDB.

O Requião é um homem corajoso. Como Governador, cria problemas para ele mesmo para ficar ao lado do MST, um movimento organizado, legítimo e, em função da organização do MST, no meu entendimento não temos aqui um movimento revolucionário em massa. Quem é que faz isso? Quem é que tem coragem de fazer o enfrentamento que ele faz? Os outros que passaram por ali, molengas, vendo as coisas acontecerem? Todas as denúncias que são feitas em relação ao Governo são encaminhadas ao Ministério Público pelo Governador Requião. Então, esse é um episódio.

As vaidades, muitas vezes, se chocam, elas entram em conflito a todo momento. Nós, aqui, Deputados, quantas vezes - eu não, que já estou vacinado pela longa caminhada que faço - melindres...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Consulto o Deputado Pugliesi, se usaria o horário da Liderança do Governo.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Acho que o Líder do Governo falará também.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Se permitir, Sr. Presidente, concedo pelo menos 2 minutos do horário da Liderança do Governo, ao Deputado Pugliesi.

**(Assentimento)**



**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)**

Essas coisas são naturais na administração. A corrupção não é natural. Ele deve ser combatida onde estiver, por todos os meios, por todos nós. É natural que vejamos toda semana, em todos os lugares, notícias nos canais de televisão, nos jornais, as brigas que acontecem internamente em todos os Governos.

O Governador tem muita coragem. Ele é um homem, que como falei, trava batalhas, com gigantes financeiros. Qual o político neste país que bate de frente, por exemplo, com as maiores empresas de comunicação, com as organizações dos bancos, que têm conexões pelo mundo todo? O Requião é um homem corajoso! Dessa carta, nós do PMDB extrairemos todas as lições necessárias para caminharmos. Não me sinto atingido, como emedebista, como Deputado do PMDB, por essas coisas que acontecem.

É o processo da síntese que daqui a pouco avança. Acho que estamos cada vez mais avançando. Para tudo isso, Sr. Presidente, é necessário que existam ouvidos para ouvir; e ouvindo, aprender, e aprendendo, corrigir aquilo que necessariamente tem que ser corrigido.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Horário das Lideranças, o derradeiro orador inscrito, Deputado Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

***Liderança do Governo: Deputado  
Luiz Claudio Romanelli*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Primeiro, fazer um esclarecimento, porque o Deputado Waldyr Pugliesi falou sobre o Lenin. Sei que alguns, talvez, não tenham ouvido bem, ele estava se referindo ao Lerner. Ele estava se referindo ao Vladimir Lenin, que foi o Líder teórico da revolução Socialista, em 1917, na Rússia, que insistiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que infelizmente, em 1991, deixou de existir, por conta da Direita, do neoliberalismo.

Eu queria dizer ao Deputado Ney Leprevost que pare de se preocupar com as brigadas chavistas do Tatuquara. Fique descansado, tranqüilo. Quero ainda ter o prazer de convidar a República Venezuelana, V. Exa. vai ver que país maravilhoso é a Venezuela, visitar e conhecer o Círculo Bolivariano Socialista, ver que é um país que respira liberdade e democracia. Não, talvez, essa democracia que V. Exa. esteja tão acostumado, do ponto de vista em que os meios de comunicação estão sob o controle dos que detêm o poder econômico. V. Exa., aliás, que é jornalista, estudou, sabe o que diz a Escola de Frankfurt, teoricamente sabe o que estou dizendo.

Mas, Sr. Presidente, quero na verdade tratar do tema do pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni. Antes, até para ser coerente, Deputado Elio Rusch, queria que V. Exa. escutasse o que vou ler. Deputado Elio

Rusch, o senhor hoje não leu, alguém lhe falou no ouvido sobre a questão do Frigorífico Aurora, está aqui a matéria publicada no jornal A Gazeta do Povo, desta data, 31 de outubro.

A manchete aqui do jornal diz: “Paraná perdeu a disputa por dois Frigoríficos Aurora”. V. Exa., no máximo, tem um assessor que leu isso ou então V. Exa. só leu a manchete. Vou ler o primeiro parágrafo: “O Paraná perdeu a disputa para Santa Catarina e Rio Grande do Sul na briga para sediar os dois novos frigoríficos da Cooperativa Central Oeste Catarinense, cujos investimentos devem somar juntos R\$ 800 milhões. Embora tenha ficado em 1º lugar nos estudos de viabilidade econômica, o estado perdeu na votação entre as cooperativas associadas, a maior parte delas localizadas em Santa Catarina, com 11 representantes, e o Rio Grande do Sul com 5, o Paraná e o Mato Grosso do Sul têm 1 representante no Conselho da Aurora.

Diz aqui o Diretor da Cooperativa Mista São Cristóvão: “O estudo técnico foi deixado de lado e o que prevaleceu foi a votação das cooperativas. Foi decepcionante”. Disse Ari Antonio Reisdorfer, representante do Paraná e Diretor da Cooperativa Mista São Cristóvão - CAMISC, acionista de 1,5% da Aurora. O município de Clevelândia, no sudoeste do estado, era cotado para receber o investimento.

Penso que, na verdade, ficou claro, porque um estado que recebeu toda a transferência da Sadia para o Paraná, e sabemos da importância dos investimentos que a Sadia está fazendo no Paraná, transferiu tudo para o estado do Paraná, além é claro de todos os outros investimentos que a Agrícola Felipe está realizando lá em Paranaíba, que a Globo Aves, do Deputado Federal Alfredo Kaefer, está realizando neste Paraná, na nossa querida Cornélio Procopio.

Então, efetivamente, fica aqui um alerta para o produtor rural paranaense. E V. Exa., Deputado Elio Rusch, podia inclusive alertar aos nossos produtores rurais que se associem às cooperativas paranaenses que têm a sede de decisão no nosso estado, ou empresas que possam ter compromisso e também tenham a decisão de investimentos no nosso Paraná, para que isso não aconteça novamente.

Fica o alerta aqui em relação à Aurora, porque embora o nosso estado tenha as melhores condições, efetivamente perdemos, claro, porque preferiram atender os seus cooperados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde são maioria absoluta. A decisão foi política.

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch.

**O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Deputado Romanelli, eu só não tinha lido, como reli, e não quis acreditar no que eu tinha lido, como V. Exa, mesmo disse.

De sã consciência, não existe empresa, seja ela privada ou pública, que eu acredito, quando existe o espírito de visar lucro, você estabelecer, instalar uma empresa onde ela, economicamente, seja melhor.

As cooperativas chegaram à conclusão, Deputado Romanelli, V. Exa. foi muito feliz quando leu, embora o estado do Paraná, economicamente, leve vantagem sobre os outros estados. O que quer dizer isto? Eu conheço as cooperativas, mesmo porque sou associado de cooperativas, eu também sou um pequeno produtor e forneço a minha matéria-prima para as cooperativas. Então, veja, Deputado Romanelli, o Conselho de Administração que compõe a cooperativa Aurora decidiu instalar o frigorífico, os dois frigoríficos, um em Santa Catarina e outro no Rio Grande do Sul, e não no Paraná o embora o Paraná, economicamente, financeiramente, o resultado financeiro, o melhor seria o Paraná. A matéria traz isto. E por quê não se estabelecer aqui? Eu disse da tribuna. Cabe a minha interpretação: não vieram ao Paraná por uma única razão, por causa do porto ...

**(Discussões paralelas)**

... e por causa das atitudes.

Eu concluo, Sr. Deputado. Eu concluo, por quê? Porque a Aurora exporta matéria-prima, exporta produto. Se V. Exa. não sabe, eu sei. Ela exporta, a Aurora é exportadora. A Aurora precisa da matéria-prima, ela precisa ter uma segurança jurídica quando vai se estabelecer num estado. E o que está acontecendo no estado do Paraná, com o nosso Governo? Ora, Deputado Romanelli, V. Exa. sabe muito bem, melhor do que eu, existe o rompimento dos contratos, contratos unilaterais e isto traz uma insegurança jurídica para os investidores.

Então, me faz, eu como Deputado e como cidadão, acreditar que a empresa não se estabeleceu no Paraná pelas políticas adotadas pelo Governo do Estado.

Agradeço a V. Exa. o aparte.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Quero dizer, Deputado Elio Rusch V. Exa., de fato, tem que ler os jornais, poderia ter lhe convidado a ir ao palácio, onde o Governador Requião recebeu a diretoria da Perdigão, que é a segunda maior empresa do Brasil, e a Perdigão resolveu centralizar toda a exportação, ela que é a segunda maior exportadora, tudo, na semana passada, em Antonina, nos portos de Paranaguá e Antonina ...

**(Discussões paralelas)**

... Na verdade, Exa., temos o seguinte: o complexo portuário de Paranaguá e Antonina, temos lá um terminal que só trará, de carga frigorífica. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: nós temos o melhor porto, nós temos um estado que progride. E olha, essa fábrica que eles vão instalar em Canoinhas, V. Exa. vai viver e verá, vão exportar por Paranaguá.

Mas, Sr. Presidente, só para concluir, quero dizer o seguinte, em relação ao pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, mas quero primeiro agradecer ao Deputado Reni Pereira. Deputado Reni, eu quero dizer o seguinte: em relação a mim, muito obrigado pela consideração da abordagem que V. Exa. fez. Quero dizer também o seguinte: que o Deputado Ademar Traiano tem o direito de ir à tribuna e pode, de fato, falar aquilo que ele

responsavelmente pode responder. Fez isto. E aqui V. Exas. sabem, eu contradito aquilo que acho que tem que ser contradito, em função do meu convencimento. Eu tenho que reconhecer que eu não estava convencido, por conta da carta que eu havia lido na Gazeta do Povo, do ex-Procurador Sérgio Botto.

Olha, vou repetir aqui, eu mantenho há muitos anos um relacionamento muito respeitoso com o Sérgio Botto, mas quero dizer o seguinte: o comportamento dele nesse tema aqui, ele vai ter que explicar. O nosso Governo, o Waldyr Pugliesi, o nosso Líder, Presidente do nosso partido, foi muito feliz aqui, o Governo tem um fio condutor, um fio condutor que se pauta pela moralidade, pela ética, que não aceita nenhum tipo de desvio de comportamento e nós sabemos como o Governador Requião é, V. Exas. sabem: é inflexível! Não é à toa que ele é pela terceira vez Governador do Paraná, não é à toa que foi Senador da República, Prefeito de Curitiba e Deputado Estadual e honrou os mandatos que exerceu e vai continuar honrando, porque o nosso Governo tem começo, meio e fim, é um Governo que tem austeridade, transparência. Mais do que tudo, é um Governo que tem políticas públicas, eu tenho dito aqui, é só sair neste Estado e ver o que estamos fazendo em termos de execução, o que este Governo faz.

Em relação ao Procurador, o ex-Procurador Geral e Procurador do Estado, ele tem que responder pelos seus atos. Os atos são públicos, os e-mails que ele trocou são públicos e certamente cada um forma um juízo de valor sobre o tema. Em relação à tentativa que ele faz em desqualificar a minha intervenção naquele episódio que envolve o ex-Procurador de Justiça, Luiz Carlos Delazzari, digo o seguinte: mantenho a minha posição, o estado não tem legitimidade ativa para questionar um tema que é de exclusiva competência para concessão de um benefício fiscal, no caso específico, na isenção do Imposto de Renda, da Receita Federal, por conta do Decreto Lei nº 3000, que regulamenta essa matéria. O estado não tem legitimidade ativa.

Em relação ao Procurador Sérgio Botto, certamente ele poderá aproveitar os próximos dias para ler mais sobre o direito administrativo, sobre o direito penal e sobre ética.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, queria fazer uma consulta a V. Exa. agora no dia 5 passado, as questões partidárias foram regularizadas, envolvendo os candidatos e os políticos que mudaram de cargo. Nós tivemos no nosso PTB o Deputado Carlos Simões que deixou o PTB, e eu gostaria de consultar a V. Exa.: a Mesa já recebeu algum ofício, algum requerimento do Deputado Carlos Simões comunicando que deixou o PTB? Isso porque tenho usado diariamente o horário da Liderança do PTB e hoje alguém sussurrou por aí que eu não posso usar e estou usando de forma ilegal. Eu não estou aqui. Sr. Presidente, para

cometer nenhum tipo de ato irregular, e se algum dia cometer algum ato irregular sou suficientemente homem para assumi-lo.

Quero então consultar V. Exa., nosso Líder não está presente aqui, mas quero comunicar a V. Exa. que a partir de amanhã não estarei mais usando o horário do PTB e ao mesmo tempo solicitar a V. Exa. se foi comunicado que o Deputado Simões não é mais do PTB. E que se alguma nomeação ficou neste período, que sejam exonerados alguns cargos e que se alguém recebeu neste período alguma coisa, que seja ressarcido por parte dos membros do partido.

Faço essa consulta a V. Exa. porque não sou de ameaçar ninguém e também de não ser ameaçado. Quero deixar a palavra para V. Exa. registrar nos Anais desta Casa, e como nosso Líder não está presente, faço isso em nome do PTB, para que V. Exa. pudesse nos responder hoje ou amanhã, e enquanto isso não acontecer, deixarei de usar o horário do partido, porque acho que se fazemos leis temos que cumprir as leis!

Obrigado.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, na mesma esteira desse raciocínio do Deputado Jocelito Canto, gostaria de consultar a V. Exa. em relação a um partido desta Casa que não tenha Deputado para formar liderança, se o partido tem direito igual à palavra no Horário das Lideranças.

A pergunta que faço é essa. O Deputado Jocelito está dizendo que vai deixar de usar a Liderança do PTB, porque com a saída do Deputado Carlos Simões o partido ficou apenas com 2 Parlamentares. Quero saber se o PTB não teria direito igual à palavra, mesmo só com 2 Parlamentares.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou responder à questão de ordem de V. Exas., aliás vou fazê-lo por escrito, mas posso dizer que há, sem dúvida nenhuma, uma Resolução nº 001/07, onde diz que o partido com bancada inferior a 3 Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do partido quando da votação de proposições ou fazer uso da palavra mais uma vez por semana, por 5 minutos, durante o período destinado às Lideranças. O que ocorre efetivamente com alguns partidos que têm o número inferior a 3 membros, eles formaram blocos, como é o caso do PMN/PPS e assim por diante.

Respondendo ao Deputado Jocelito Canto, a Mesa não recebeu oficialmente comunicação alguma de que o Deputado Carlos Simões não pertença ao PTB, razão pela qual fica tudo como está.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Talvez possa contribuir com V. Exa. Recentemente fomos procurados pelo Líder do PTB querendo fazer parte do nosso bloco. Comuniquei a ele, de acordo com o Regimento, que a comunicação do bloco vale no dia da

posse aqui na Assembléia. Visto que naquela época, mesmo que saia um, pelo atual Regimento, continua valendo. Sei que há alterações, aquela constituição. Foi inclusive o que falei ao Deputado Fábio Camargo, que ele não poderia, na mesma legislatura, fazer parte de um bloco e depois participar de outro. No nosso caso, o bloco foi comunicado com apenas 4 membros e posteriormente a Deputada Rosane comunicou à Mesa o seu ingresso pelo PV. Mas, pelo Regimento da Casa, o nosso bloco tem 4 Deputados, que foi o que comunicamos na data da posse. Posteriormente, a Deputada Rosane aderiu, mas ela não fazia parte de nenhum bloco no dia da posse. Só para deixar claro.

Podemos comungar das idéias, mas oficialmente vale, segundo o Regimento, a comunicação no dia da posse. Isso vale até o final da legislatura.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para tranquilizar o Deputado Jocelito Canto, que nada que a Mesa, reunida com as lideranças, não possa resolver todos esses impasses. O importante é criar o bem-estar entre todos.

### ***Ordem do Dia:***

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 340/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a inclusão do Hospital Universitário Regional de Maringá no Programa de Aceleração do Crescimento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 341/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a execução de obras de melhorias na sinalização da rodovia Bento Fernandes Dias, PR-558, que liga os municípios de Campo Mourão a Araruna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 342/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica na estrada de Campo Redondo/Catanduvas do Sul, no município de Araucária/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 343/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, a implantação da rede de abastecimento de água no distrito do Tietê, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 344/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a manutenção e conservação da passarela, localizada no município de Araucária/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 345/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a readequação da conexão da Avenida das Araucárias com a Rodovia do Xisto, Km 151, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 346/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, estudos para regularização fundiária do bairro Vila Nova, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 347/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, urgência na construção de um novo colégio estadual, no município de Bocaiúva do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 348/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a ampliação da rede de atendimento de exames de saúde em Campo Mourão e região. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 3209, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 1º de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente, e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Tivemos entendimento com o Líder do Governo para a retirada dessa PEC nº 083/04, para não votarmos no dia de hoje. Há um entendimento das lideranças para que seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em que pese não esteja ainda na hora da votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para obter a confiança do Líder do Governo, eu irei me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Péricles de Mello, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Professor Luizão, Pedro Ivo e Tadeu Veneri, devidamente apoiado,

constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro que ao longo desta Sessão, por 9 ou 10 vezes foi citado que hoje é o Dia das Bruxas, data esta que nada tem a ver com o calendário brasileiro. Diga-se de passagem, foi trazido por outras culturas, mas hoje é o dia Mundial do Protestantismo.

Queria deixar este registro para que ficasse nos Anais da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aliás, receba os nossos cumprimentos que é o Dia do Pastor, hoje.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (PEC)***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 083/04, proposta de emenda à Constituição do Estado, na forma do substitutivo geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/04, que acresce artigo 210 - A, ao Capítulo VI, do Título VI e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA  
DA CONSTITUIÇÃO  
PROPOSIÇÃO Nº 083/04

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem Governamental nº 031/04, a presente proposta de emenda à Constituição, acrescentando artigo 210-A, que objetiva assegurar a inviolabilidade do direito à vida humana, cuja efetividade depende do acesso à água potável.

A emenda procura estabelecer diretrizes e fundamentos para que seja proporcionada, de forma ordenada, água suficiente para atendimento das necessidades básicas dos habitantes do Paraná.

Estabelece, também, que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob o controle acionário e administrativo do estado, proporcionando ao poder públicos a geração da política estadual de recursos hídricos e de saneamento, como dispõe os artigos 210 e 211 da Constituição.

Ao acrescentar artigo 60, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proposta explicita que a eventual reparação decorrente do disposto no artigo 210-A não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados. No nosso entendimento, observando-se a boa técnica legislativa, acrescentar um articulado às disposições de cunho transitório, não se aplica, sendo melhor inserido o preceito na proposição, se encaminhado na forma de a um parágrafo 4º, acrescido ao corpo do artigo 210-A, suprimindo-se o artigo 2º da proposta.

Realizada a reparação acima expressa, cumpre a esta Comissão Especial, manifestar o seu entendimento quanto a inexistência de inconstitucionalidades ou ilegalidades na Proposta em epígrafe, estando a mesma em condições de tramitar até a derradeira decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Isto posto, a Comissão Especial de Reforma da Constituição apresenta parecer favorável à presente proposta, opinando pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva geral que apresentamos em anexo.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente  
OSMAR BERTOLDI - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3235, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Devidamente acordado com a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 083/04.

**Redação Final**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 598/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lobato o imóvel matriculado e registrado sob o nº 2459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 701/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Espaço Jovem Evolução, de Cornélio Procópio, com sede e foro de Cornélio Procópio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 711/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 711/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida - CEIC, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 722/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

**2ª Discussão**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, fica denominado de Dom Bosco o Centro de Sócioeducação de Ponta Grossa - CENSE II, Núcleo Pitangui. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbano - SEDU/COMEC, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAM e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto Emenda de Plenário nº 01, ao Substitutivo Geral da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, nos seguintes termos:

### EMENDA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 604/07

Suprima-se a letra “c” ao artigo 1º.

Sala das Sessões, em 31.10.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Reni Pereira, Dr. Batista, Felipe Lucas e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da alínea “c” do artigo 1º do Substitutivo Geral da Comissão de Ecologia e meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 604/07, faz-se necessária em virtude de que se trata de proposição de autoria do Governo do Estado visando atender especificamente a região metropolitana de Curitiba, e a extensão do objeto a outros municípios conforme emenda da CEMA, poderá provocar o veto integral do projeto original do Governo.

Embora a comissão entenda que o estado deva participar de outros consórcios, é imprescindível que haja um estudo por parte do Governo, concluindo se a inclusão de outros municípios é oportuna e conveniente.

**O projeto retorna à CCJ para apreciação da emenda.**

## 1ª Discussão

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli Neto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Alberto Richa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 504/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli Neto, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Alberto Richa.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estado e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pelas Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Benemérito, à sua escolha, por legislatura:*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3214, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica portanto, retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 504/07.

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3199, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3200 a 3202, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3204 a 3206, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3207, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimento nº 3208, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Em discussão.

### UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3212, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3215 a 3217, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Edgar Bueno, Elio Rusch e Antonio Belinati, membros da Bancada da Oposição constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3225 e 3226, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3228, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3231, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3232, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3233, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Elio Rusch, Edson Strapasson e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 718/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 618, 662 e 736/07.

Levanta-se a Sessão.



## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 141**

### **128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| <b>Mesa Executiva .....</b>     | <b>48</b> |
| <b>Presenças .....</b>          | <b>48</b> |
| <b>Abertura da Sessão .....</b> | <b>48</b> |
| <b>Ordem do Dia:</b>            |           |
| Discussão/Votação               |           |

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| Redação Final .....                 | 49        |
| 1ª Discussão .....                  | 49        |
| <b>Encerramento da Sessão .....</b> | <b>50</b> |
| <b>Publicações:</b>                 |           |
| Comissão Executiva                  |           |
| Atos .....                          | 50        |
| Atas de Comissão                    |           |
| Redação .....                       | 53        |

### **DIÁRIO Nº 141**

### **128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stepha-

nes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Fábio Camargo e Plauto Miró (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Francisco Bühner e Mamede (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 01 de novembro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para comunicar à Casa que hoje fui procurado pelo Diretor-Superintendente da FUNPAR, Sr. Paulo Afonso Costa, e pelo Diretor Alípio Santos Leal Neto e pelo Superintendente Pedro Pacheco. Acho que foi a vez mais rápida que um pedido de informações foi respondido. Ontem aprovamos um pedido de informações para a FUNPAR onde eu pedia desde quando o Sr. Valmir Mota de Oliveira era funcionário, perguntava quantas pessoas participavam do projeto, qual era o valor destinado ao projeto, qual era a função do projeto e se haviam outros militantes do MST como membros de projetos da



FUNPAR. Nessa minha última pergunta eles disseram que não poderiam afirmar, mas que não era uma coisa sistemática, e que elas não perguntavam aos contratados pelos projetos, se eram de partido x ou y. Mas que esse Projeto Centro Colaborador, do qual o Valmir Motta de Oliveira fazia parte, é composto por 3 pessoas. Eles têm mais de 700 projetos.

É um projeto que faz parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional do Ministério da Educação, e a função dessas 3 pessoas contratadas aqui no Paraná é a capacitação de merendeiras e agricultores, com relação à alimentação das crianças, filhos dos integrantes do MST. E traçar um perfil alimentar dessas crianças. Esse projeto tem o ok da FAU, que pertence a ONU.

A preocupação que eu tinha, da FUNPAR estar sendo utilizada para pagamentos de membros do MST, eles asseguraram que não. Poderia ter alguém que fosse militante, mas eles desconheciam isso.

A princípio parecem pessoas de bem. Tem que ser feito uma investigação, por parte deles, para levantar isso. Mas, que eu ficasse tranquilo com relação à questão filosófica da FUNPAR, de não entrar nesse tipo de situação.

Então, quero crer que eles estão com boa intenção. Os documentos que eles me trouxeram são relativos a 3 funcionários, ao projeto específico do Centro Colaborador. E os contratos de prestações de serviços são verdadeiros.

O meu pedido a eles é que se aprofundem se ninguém utilizou a FUNPAR para isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

## ***Ordem do Dia***

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 718/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual o Comando Anderson de Defesa do Cidadão - COMANDER, com sede e

foro na cidade de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a HOFTALON Centro de Estudos e Pesquisas da Visão, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 618/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, declara de utilidade pública estadual o HOFTALON Centro de Estudos e Pesquisa da Visão, com sede e foro no município de Londrina.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 662/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 662/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, declara de utilidade pública estadual a Associação de Amigos da Pastoral da Criança, AAPAC - Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Castro - PROVOPAR, com sede e foro no município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/07, de 16/10/07, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 736/07**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, com sede e foro no município de Castro.

##### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a correção da denominação da entidade que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo Estatuto. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 736/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - municipal de Castro, com sede e foro no município de Castro.”

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 516/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 618, 662 e 736/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198 e 678/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2064/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8256/07, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a MARINEIDE LUZIA GOLÓS, matrícula nº 40.205, portadora do RG nº 3.891.181-3 PR e do CPF nº 531.535.969-72, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de abril de 1986, ocupante do cargo de Assistente de Comissão, lotada na Procuradoria Geral, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comis-

são Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2065/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9901/07, datado de 25 de setembro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a DORALICE PORTIER, matrícula nº 40.391, portadora do RG nº 567.722-0 PR e do CPF nº 470.067.659-00, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2066/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9970/07, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a VERA DA SILVA, matrícula nº 40.096, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-02, lotada no Setor de Portaria, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando

uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2067/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9971/07, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a MARIA ANGELICA BENEVIDES DO NASCIMENTO, matrícula nº 40.748, portadora do RG nº 3.386.254-7 PR e do CPF nº 465.752.609-00, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1986, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada no Diário da Assembléia, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2068/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.066/07, datado de 01 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ, matrícula nº 40.854, portadora do RG nº 5.167.335.2 PR e do CPF nº 759.229.249-15, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotada na Coordenadoria de Serviços Odontológicos, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comis-

são Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2069/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.077/07, datado de 22 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a MARIA VERACI SKOLIMOSKI, matrícula nº 40.238, portadora do RG nº 616.520-6 PR e do CPF nº 142.148.739-04, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de abril de 1986, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-02, lotada no Setor de Telefonia, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2070/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.165/07, datado de 03 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a NERY UMBERTO SGUAREZI, matrícula nº 40.502, portador do RG nº 1.442.159-9 PR e do CPF nº 275.076.109-34, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de junho de 1988, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-01, lotado na Coordenadoria de Serviços de Manutenção, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2071/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.168/07, datado de 03 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a REGINA CELIA SPERANDIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 40.899, portadora do RG nº 4.271.727-4 PR e do CPF nº 611.420.269-49, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1989, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível NTC-01, lotada no Setor de Patrimônio, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2072/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.300/07, datado de 09 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a VERA LUCIA SILVINO DA SILVA, matrícula nº 40.665, portadora do RG nº 3.801.113-8 PR e do CPF nº 514.890.319-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1986, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-02, lotada na Diretoria Administrativa, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do

parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2073/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.400/07, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a ROSELI DA CRUZ PEREIRA, matrícula nº 40.325, portadora do RG nº 2.099.040-6 PR e do CPF nº 307.098.909-82, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Digitador, nível NTC-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência do seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2074/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10.539/07, datado de 15 de outubro de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, a SONIA MARIA TENÓRIO ALBUQUERQUE, matrícula nº 40.380, portadora do RG nº 096.201-7 PR e do CPF nº 024.278.369-40, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada no ALEXPPAR, três (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreen-

dido entre 22 de dezembro de 1997 a 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## Atas de Comissão

### Redação

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

#### ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 074/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

#### ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 008/07, 376/07, 536/07 e 579/07 e ao Projeto de Resolução nº 025/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR

Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 228/07, 501/07, 503/07 e 542/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR  
Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 495/07, 506/07 e 587/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

((aa) STEPHANES JUNIOR  
Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência

do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 485/07, 515/07, e 548/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR  
Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 590/07, 661/07, e 684/07, e o Deputado Teruo Kato ao Projeto de Resolução nº 029/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR  
Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 637/07, 690/07 e 709/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da

Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 685/07, 598/07, 710/07, 712/07, 693/07 e 524/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 701/07, 711/07 e 722/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior  
Secretária

